

ANIVERSÁRIO E MEMÓRIA

Celebramos e não esquecemos. Comemorámos o nosso 52.º Aniversário com as entidades com quem interagimos diariamente, na defesa dos direitos inalienáveis de todos os deficientes das Forças Armadas. Mostrámos que ainda falta cumprir a dignidade e o completo reconhecimento e reparação que permitam encerrar definitivamente o dossiê da Guerra Colonial. Ainda há quem sofra e as questões relacionadas com a nossa saúde preocupam-nos dramaticamente. Ao celebrar mais um ano de actividade intensa e ininterrupta, trazemos a memória ao presente, para que o País e a República não esqueçam aqueles que deram o melhor de si pela Pátria, regressando feridos na mente e no corpo da Guerra Colonial. Portugal não esquecerá, pois a ADFA mantém firme as suas reivindicações.



52.º Aniversário ADFA



Homenagem a Jorge Maurício

52.º Aniversário da ADFA

Exposição “para além da tinta, a alma” e almoço-convívio na Sede Nacional [Págs. 12 e 13](#)

Homenagem a Jorge Maurício [Págs. 10 e 11](#)

Revisão estatutária em preparação

Entrevista com Patuleia Mendes [Págs. 14 e 15](#)

Legado associativo

Património material e imaterial da Associação [Págs. 19 e 20](#)

Delegações em actividade [Págs. 5 a 8](#)

Sociedade Civil

ADFA em programa televisivo da RTP2 [Pág. 17](#)

Despojos de Guerra

Exposição fotográfica na Assembleia da República [Pág. 16](#)

Prémio “Ética no Desporto” 2025

José Pavoeiro distinguido [Pág. 24](#)

Livros

Por José Diniz


OteLO, O Herético
 – DO 25 DE ABRIL ÀS FP25

Autor: Carlos de Matos Gomes
 Edição: Tinta da China, Lisboa,
 Setembro de 2025, 224pp

Quem viveu a Revolução de 25 de Abril de 1974, lembra-se do percurso do Major Otelo Saraiva de Carvalho: comandou, a partir do quartel da Pontinha, a operação “Fim de Regime” que pôs fim ao Estado Novo e garantiu as condições para a instauração da Democracia, para o fim da Guerra Colonial e para a descolonização; em seguida comandou o COPCOM, uma força militar para garantir o cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas nos anos de 1974 e 1975; depois do 25 de Novembro de 1975 foi votado ao ostracismo: “Entre os vários atores do processo político do 25 de Abril de 1974, Otelo representa o filho pródigo. Teve a ousadia de sair de casa e seguir o seu caminho, mas, de forma distinta da figura bíblica, não se arrependeu nem regressou à ordem.” (pg 13). Seguiu o seu próprio projecto, aquele em que acreditava, mas que o levou à prisão. Ao contrário do regime político que os vencedores do 25 de Novembro se preparavam para estabelecer em Portugal, Otelo “Considerava o

povo o usufrutuário da liberdade e do poder. Uma dupla heresia! Para Otelo, a essência da democracia assentava, antes de tudo, no poder dos seus elementos e não apenas na sua legitimidade.” (pg 25). Por isso, abraçou a aventura das FP 25, que pretendiam, ainda que pela violência, fazer valer o seu projecto político e social. Em tal contexto, Matos Gomes considera Otelo “fantasma”, “uma aparição inconveniente” (pg 53), devendo emparceirar com D. Quixote, Jesus Cristo e Simon Bolívar.

Postas estas premissas, Carlos Matos Gomes, um dos capitães de Abril e um dos melhores escritores da Guerra Colonial, desenvolve um pensamento que, ao analisar todo o percurso militar e político de Otelo procura pontos de coerência nesse percurso que, no entanto, esbarravam com a impossibilidade de encaixarem na via que o nosso País seguiu após o 25 de Novembro. Ao fazer esta análise, o autor expõe também o seu próprio pensamento político, cada vez mais crítico em relação ao caminho que a Revolução estava a tomar, tornando-se, assim uma “Revolução impossível”: “Impossível por ser inaceitável pelos membros da ordem a que Portugal pertence. Impossível porque o povo (...) não reunia a energia e a organização indispensáveis para cortar a ligação que suspendia a espada sobre os oligarcas detentores das forças da ordem.” (pg 200). Esta obra, editada postumamente pelos herdeiros do coronel Carlos Matos Gomes, devia ser recomendada na bibliografia dos cursos de Ciência Política, pois aborda muitos dos meandros de que é tecida a prática política.

Associados Falecidos



Carlos Luís Martins Rios, associado 3808, natural da freguesia de São Domingos Rana do concelho de Cascais, residente na freguesia de Carnaxide do concelho de Oeiras. Serviu no BCaÇ 1857 na Guiné, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 23 de Agosto de 2022 com 79 anos.



Virgínio António da Silva Semedo, associado 7037, natural de Nã, Fulacunja, Guiné, residente na freguesia de Carregado e Cadafaija do concelho de Alenquer. Serviu no Pelotão de Caçadores Nativos 65, na Guiné, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 23 de Março de 2023 com 74 anos.



Domingos Salgado Gonzaga, associado 10456, natural da freguesia de Serzedelo do concelho de Guimarães residente na freguesia de Gondar do mesmo concelho. Serviu na 3.ª CCaç 19, em Moçambique, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 01 de Janeiro de 2026 com 74 anos.



Jorge Manuel da Silva de Deus, associado 8344, natural da freguesia de Socorro do concelho de Lisboa, residente na freguesia de Quinta do Conde do concelho de Sesimbra. Serviu no Centro de Instrução de Comandos em Angola, onde foi ferido em serviço de instrução. Faleceu a 10 de Fevereiro de 2026 com 74 anos.



Mário dos Santos Mano, associado 10462, natural da freguesia de Póvoa del'Rei do concelho de Pinhel, residente na freguesia de Fernão Ferro do concelho de Seixal. Serviu no Batalhão de Caçadores Paraquedistas 21, em Angola, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 21 de Fevereiro de 2026 com 80 anos.



Augusto Rodrigues Fernandes, associado 7391, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira do concelho de Lisboa, residente na freguesia de Olivais do mesmo concelho. Serviu no BCav 3854, na Guiné, onde contraiu doença psíquica em serviço de campanha. Faleceu a 01 de Março de 2026 com 76 anos.



Joaquim Albino Gomes Magalhães, associado 7176, natural e residente na freguesia de Boim do concelho de Lousada. Serviu no GACA 3, sendo ferido no golpe de 11 de Março de 1975 com estilhaços de granada. Faleceu a 29 de Março de 2026 com 72 anos.



Francisco Manuel Catarino Vidal, associado 1936, natural e residente na freguesia e concelho de Sesimbra. Serviu na Cart 2630, em Moçambique, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 07 de Abril de 2026 com 78 anos.



Abraão José Semedo Alves, associado 13360, natural da freguesia de Santa Clara do concelho de Coimbra, residente na freguesia de Sé Nova do mesmo concelho. Serviu na CCaç 4142, na Guiné, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 21 de Abril de 2026 com 76 anos.



Armando Manuel Oliveira Guedes da Fonte, associado 2943, natural da freguesia e concelho de Chaves, residente na freguesia de Cascais e Estoril, do concelho de Cascais. Serviu na Base Aérea 9 e no AB 3, em Negage, Angola, onde foi ferido em serviço de campanha como piloto de helicóptero. Faleceu a 26 de Abril de 2026 com 83 anos.



Arnaldo da Silva Assunção, associado 17243, natural de Moçambique, residente na freguesia de S. Domingos de Benfica do concelho de Lisboa. Serviu em Moçambique, onde contraiu doença em serviço. Faleceu a 29 de Abril de 2026 com 81 anos.



José Rodrigues Leitão, associado 5717, natural e residente na freguesia de Vila Franca do concelho de Viana do Castelo. Serviu na CCaç 8420, em Moçambique, onde foi ferido em serviço. Faleceu a 05 de Maio de 2026 com 74 anos.



Ernesto Fernando Antunes, associado 17738, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira do concelho de Lisboa, residente na freguesia de Marvila do mesmo concelho. Serviu no RMARI20, em Angola. Faleceu a 06 de Maio de 2026 com 79 anos.



João Ribeiro Março, associado 4490, natural e residente na freguesia de Sarzedas do concelho de Castelo Branco. Serviu no CCav1401 do BCav 1851, em Angola, onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 16 de Maio de 2026 com 82 anos.

NOVOS ASSOCIADOS

Relação dos candidatos a associados efetivos para publicação no Jornal ELO, conforme estipulado no nº 4, do artigo 8º, dos Estatutos

ANA CASTRO PEREIRA • MARIA TERESA PINTO SEMEDO ALVES • MARIA EUGÉNIA COSTA FONSECA FERREIRA • JOÃO ANTÓNIO RELÍQUIAS TERESA • JOSÉ NUNES • JOSÉ FRANCISCO SILVA • JOSÉ LUÍS PIRES CALDEIRA • JOSÉ MANUEL PIMENTA NABIÇA • MARIA LUÍSA DUARTE MELO • MÁRIO MESTRE PÓVOA • JOSÉ MANUEL MAGALHÃES CARNEIRO • ANA ROSA FERNANDES PINTO • ANTÓNIO OLIVEIRA LEITE • ANTÓNIO SANTOS SEABRA • CLARINDA CAL ARAÚJO • IRUNDINA CONCEIÇÃO TEIXEIRA RODRIGUES • JOÃO ERNESTO ALHAIS SILVA GOMES • JORGE PEREIRA COELHO • JOSÉ FERNANDES OLIVEIRA • LAURINDA JESUS SILVA • MARIA AMÉLIA SOARES RODRIGUES DUARTE • MARIA AUGUSTA LEAL • MARIA CONCEIÇÃO SOARES BARBOSA • MARIA GRAÇA MATEUS REBELO • MARIA GRAÇA MOREIRA GOMES • MARIA FÁTIMA COSTA SANTOS • MARIA JÚLIA FREITAS RODRIGUES PEREIRA • MARIA LAURA SANTIAGO NOGUEIRA • MARIA LAURINDA GONÇALVES PEREIRA • MARIA MADALENA REBELO SILVA GUIMARÃES • MARIA MANUELA JESUS FERNANDES CASTRO • MARIA NAZARÉ FONSECA MOREIRA PEREIRA • MARIA ODETE SOARES MENDES



Editorial

Em mês de Aniversário

Por Direcção Nacional

No 52.º Aniversário da ADFa, estiveram entre nós as individualidades que dirigem e coordenam as entidades civis e militares com as quais mais interagimos, no nosso dia-a-dia, na defesa dos direitos de todos os deficientes militares. Esse calor humano, que é tão característico da nossa Associação, cala bem fundo nas relações de proximidade que mantemos nessa nobre missão de representar os deficientes das Forças Armadas e suas famílias.

O evento com que celebrámos este Aniversário também contou com uma vertente cultural, que nos une igualmente, agora na expressão plástica dos nossos artistas, homens e mulheres que conhecem muito bem os tons e os riscos da pintura de uma vida em busca de reconhecimento e reparação.

Foi um convívio que guardaremos na nossa memória e que o ELO evidencia, nos seus aspectos mais coloridos e alegres. Mas a nossa mensagem continua, infelizmente, a ser a mesma: exigimos dignidade e reconhecimento para os nossos associados e para todos os

deficientes militares em geral, sabendo que o dossiê da Guerra Colonial só ficará definitivamente encerrado quando for finalmente feita justiça a quem ainda sofre, muitas vezes, no silêncio.

Neste momento tão significativo, evocámos os nossos associados que já partiram. E é também simbólico e relevante constatar que a CCaç3396 realizou o seu convívio anual na ADFa, homenageando Jorge Maurício, histórico presidente da MAGN e da DN. É um gesto de carinho e de saudade, numa partilha que muito honra esta Casa, em dia de festa e de emoção, contando com a presença dos seus filhos Ana e Miguel. O nosso abraço ao Jorge Maurício nunca acaba e saudamos nele a memória de todos os associados que já desapareceram desta vida.

O Aniversário é também tempo de mostrar o nosso trabalho, nomeadamente no processo de revisão estatutária em curso. A preparação do futuro da nossa Associação depende de uma alteração dos nossos Estatutos, que possibilite mais agilidade e que a ADFa perdure na sua missão e no seu legado.

Ainda em espírito de Aniversário, a RTP2 dedicou o programa “Sociedade Civil” à ADFa, entrevistando o presidente da DN, António Pereira Neves, e os conselheiros nacionais Maria Leonarda Tavares e Manuel Lopes Dias, bem como o fotógrafo Leonel Castro, autor da exposição “Despojos de Guerra”, que foi inaugurada no Parlamento, na presença do presidente da Assembleia da República.

A finalizar este Editorial sobre o nosso Aniversário, duas saudações que é importante manifestar, com honra e gratidão:

Aos cadetes alunos finalistas e ao Comando da Academia Militar, pela oferta solidária que mais uma vez fizeram à ADFa, na 42.ª Bênção de Finalistas Universitários, em Lisboa. E ao nosso secretário da DN, José Carlos Pavoeiro, por ter sido distinguido com o Prémio “Ética no Desporto” 2025, na 29.ª Gala do Desporto, em Lisboa. São exemplos assim, em mês de celebração da nossa ADFa, que nos fazem acreditar que a nossa expectativa de efectivo reconhecimento e reparação vale a pena e não será defraudada.

Episódios

Uma tipografia, um jornal

Por José Diniz

No último número falámos do contexto em que nasceu o ELO, dos seus antecedentes e da necessidade da sua aparição. Vamos dedicar o texto que se segue aos seus primeiros passos e ao papel que a Tipografia-Escola da ADFa teve na sua sustentação e afirmação.

Esta tipografia foi instalada pela Cruz Vermelha Portuguesa num pavilhão de madeira no Anexo do Hospital Militar Principal, a Campolide, para dar formação vocacional e profissional a pessoas com mobilidade reduzida, militares e civis. Nos meses que seguiram à criação da ADFa os deficientes militares que lá trabalhavam alertaram a Direcção da Associação para as más condições de trabalho e o modo como a empresa estava a ser gerida. Indo ao encontro das aspirações dos trabalhadores, a Direcção Central “convenceu” a Cruz Vermelha a ceder a tipografia à Associação com vista ao seu desenvolvimento, como se relata no n.º 02 do ELO, editado em 15 de Janeiro de 1975: “Esta actividade, fruto da actividade da Cruz Vermelha, por essas senhoras criada, com algumas máquinas oferecidas por particulares e um subsídio oficial, foi por nós desenvolvida a partir da data em que as instalações foram ocupadas pelos nossos camaradas que aqui trabalhavam. A tipografia funcionava, até essa altura, apenas como um passatempo para alguns deficientes, não vendo estes remunerado o seu trabalho e esforço que, por não ser bem orientado, também não era assim lá muito fecundo.” (...) “Foram já adquiridas pela ADFa novas máquinas e estamos em vias de adquirir mais no va-

lor de cerca de três mil contos. Criar novos postos de trabalho para deficientes, com paralelo aumento da produtividade, é esse o nosso objectivo.”

E ainda todos nos lembramos da dimensão que esse polo produtivo da ADFa adquiriu, até ao seu desmantelamento, em 2016. Na sequência desta liquidação, a máquina de linotipia onde tantas páginas do ELO foram compostas foi preservada e encontra-se em exposição no Museu da Guerra Colonial.

Nos seus primeiros anos, o ELO foi um “bom cliente” da tipografia, ocupando a sua feitura boa parte do mês, pois as edições eram quinzenais e a impressão era demorada. Na falta de máquina rotativa, este trabalho era feito na máquina plana existente, menos vocacionada para impressão de jornais.

Foi uma parceria muito interessante e proveitosa para ambas as partes, mau grado a demora no processo de produção do jornal. Para fazermos uma ideia do tempo que demora a fazer hoje o mesmo trabalho, tomemos como exemplo o nosso jornal: a edição de Maio foi fechada no dia 04, pelas 23 horas, seguindo-se o imediato envio, via internet, para a Gráfica, em Coimbra, que o imprimiu e embalou na manhã do dia seguinte. Ao princípio da tarde desse dia estava a ser entregue nos CTT para expedição. Uma tarefa que demorava dias, agora faz-se em menos de 24 horas.

Efectivamente, nestes últimos 50 anos a Tecnologia aplicada às mais diversas áreas imprimiu uma velocidade vertiginosa a toda a actividade humana.

Nos primeiros números do ELO aparecia sempre um pequeno apontamento a dar conta de como estava

a evoluir a “criança”. Na falta de um estatuto formal, pela leitura desses apontamentos, dá para entender que o projecto estava e seguir no bom caminho, era acarinhado por todos, não obstante algumas pequenas “constipações” e problemas de crescimento, como podemos adivinhar pelos excertos que se seguem:

Retirado do n.º 01, de 27Dez1974:

“Compete a todos nós, trabalhadores do «ELO», velar pelo bom funcionamento do jornal e revesti-lo do mais alto significado de veracidade, e contrariar de todas as formas, os elementos estranhos que possam utilizá-lo para fins que não visem o bom funcionamento da nossa Associação. Tentaremos fazer o nosso melhor, sempre que seja humanamente possível. Dentro do nosso amadorismo tentaremos que os 2\$50 que qualquer leitor pague pelo «ELO», não seja de modo nenhum uma obra de caridade, mas sim o justo valor do nosso jornal.”

Retirado do n.º 02, de 15Jan1975:

“Para nós, que ingratamente nos ensinaram a lutar, possuímos agora uma nova arma: o nosso Jornal. Com ele pretendemos destruir todas as montanhas que se nos apresentem, com o único intuito de salvar a nossa integridade e defender os nossos direitos.”

Inserto no n.º 03, de 31Jan1975:

“Dois meses passaram desde o nascimento do nosso Jornal, primeiro fruto de um conjunto de ideias, cuja realização nos trouxe experiências totalmente inovadoras. Longo e espinhoso tem sido este nosso caminho para que esta secção, a árvore por nós plantada, continue a crescer e a desabrochar para que prossiga a dar frutos cada vez mais são e ricos no seu conteúdo”.

COLUNA DO ZANGÃO

Há três métodos para ganhar sabedoria:

1.º - por reflexão

2.º - por imitação, que é o mais fácil

3.º - por experiência, que é o mais amargo

Ninguém pode negar o extraordinário desenvolvimento tecnológico.

A questão não é apenas a tecnologia, é a forma como ela é utilizada.

Existem grandes defensores da Inteligência Artificial (IA).

Mas, como em tudo na vida, existem os mais ponderados, aqueles que não aceitam “novidades” sem estarem devidamente informados, medindo os “prós e os contras”.

Constantemente são publicadas acções nada ortodoxas para ludibriar os mais incautos, ou os mais ansiosos por tecnologias vanguardistas.

O número de “incautos” que se tornam vítimas do “eldorado tecnológico” é cada vez maior.

A IA pode ser uma ferramenta de grande utilidade para o bem, mas também pode resultar em tremendo descalabro. Torna-se fácil utilizar a IA para fins pouco dignos.

Quem não se lembra dos “tristemente” famosos “Jesus Cristos” publicados nas redes “sociais” por um Presidente que deveria ser um exemplo de correcção?

Mas enfim, diz o Povo que “cada um é como cada qual”. Contudo, ocupe-se o cargo que ocupar, é de bom-tom o respeito devido a qualquer ser humano.

Ninguém se pode arvorar em “comandante supremo da falta de consideração pelo seu semelhante”.

Como pode alguém “ditar” quem pode viver e quem tem de morrer?

Por Vitor Sengo

Poderá um ser humano, que deveria ser um exemplo de rectidão, condenar à morte seres humanos, só porque lhe apetece?

Pode uma pessoa (?) dormir tranquilo, quando milhares de seres humanos estão em situação terrivelmente sufocante, só porque o poderoso, que quer ser dono e senhor de tudo e de todos, que, com a maior desfaçatez se apodera do alheio, deixando-os mais pobres e ainda mais necessitados de comida para as famílias, de roupas, de medicamentos e de pátria?

É humano, um ser poderoso, com o mais avançado poderio militar, humilhar e vilipendiar seres humanos que vivem em precárias condições? Fica à consideração de cada leitor.

Rompendo as amarras do longo silêncio.

Já não há mordada, censura ou castigo

Que curve a vontade e trave este anseio.

Ecoa nas praças,

Desperta a avenida,

O grito guardado na noite escura.

É vento que sopra trazendo mais vida,

Derruba barreiras, desfaz a opressão pura.

Não somos escravos de ordens vazias,

O corpo desperta, a mente se expande.

Buscamos a luz de mais claros dias,

Pois a liberdade é uma força gigante.

Que suba bem alto este som libertado,

Rasgando horizontes, abrindo caminhos

De punho erguido desfaz o passado,

Ninguém mais caminha no escuro sozinho.

Gritamos com a alma, com força e Verdade

O canto sagrado de sermos quem somos.

Virá o amanhã com sabor de igualdade,

No grito supremo de tudo o que fomos.

GRITO DA LIBERDADE

DELEGAÇÕES CONTACTOS

Açores

Rua Ernesto do Canto, N.º 20
Apartado 309 - São Miguel - 9500 Ponta Delgada
secretaria.acores@adfa.org.pt
296 282 221

Bragança

B.F.F. Habitação, Bloco H, N.º 20, R/C Dto.
Mãe d'Água 5300-163 Bragança
secretaria.braganca@adfa.org.pt
273 322 412

Castelo Branco

Quintal de S. Marcos, N.º 19, R/C
6000-146 Castelo Branco
secretaria.castelobranco@adfa.org.pt
272 341 201

Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, N.º 429 A, 6º F
3000-177 Coimbra
secretaria.coimbra@adfa.org.pt
239 814 644 / 917 770 241

Évora

Rua dos Penedos, N.º 10 C
7000-712 Évora
secretaria.evora@adfa.org.pt
266 703 473

Famalicão

Estação Rodoviária - Loja 7
Alameda Dr. Francisco Sá Carneiro
4760-038 Vila Nova de Famalicão
secretaria.famalicao@adfa.org.pt
252 322 848 / 252 376 323 / 919 594 527

Faro

Praça da Alfarrobeira, N.º 4 A
8000-503 Faro
secretaria.faro@adfa.org.pt
289 828 515

Lisboa

Avenida Padre Cruz - Edifício ADFA
1600-560 Lisboa
direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com
217 512 615

Madeira

Rua Velha da Ajuda, N.º 50
9000-115 Funchal
secretaria.madeira@adfa.org.pt
291 765 171

Porto

Rua Pedro Hispano, N.º 1105
4250-368 Porto
info.porto@adfa.org.pt
228 347 200

Setúbal

Rua Almeida Garrett, N.º 70
2900-211 Setúbal
secretaria.setubal@adfa.org.pt
265 229 750

Viseu

Praceta ADFA - Emp. Magnólias
Lote 4 R/C Q - Bairro da Balsa
3510-009 Viseu | secretaria.viseu@adfa.org.pt
232 416 034

Esta informação pode ser consultada no site institucional da ADFA, em www.adfa-portugal.com

RAINHA SANTA
RESTAURANTE & SNACK-BAR

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

ALMOÇOS
- MENUS (PRATO E BEBIDA)

EVENTOS
ENTRE 30 A 120 PESSOAS
- BATIZADOS
- JANTARES DE GRUPO
- FESTAS DE ANIVERSÁRIO
- JANTARES DE NATAL
- JANTARES DE EMPRESAS
- CELEBRAÇÕES DIVERSAS

HORÁRIO: DAS 8H-18H
EM DIA DE JANTARES: 19H-01H
(POSSIBILIDADE DE ESTENDER O HORÁRIO)

PARQUE PRIVATIVO P

Av. Padre Cruz, 1600-443 Lisboa
Edifício da ADFA
932 033 680
963 633 484
restauranterainhasanta@gmail.com
@restauranterainhasanta
@restaurantesbar.RS



Porto

18.º Almoço-Convívio em piquenique

No próximo dia 19 de Julho, vai realizar-se o 18.º Almoço-Convívio, no Largo da Capelinha de Santo Ovídio – Lobão, próximo das Caldas de São Jorge, em Santa Maria da Feira.

Este encontro destina-se aos associados, familiares e amigos do Núcleo de Santa Maria da Feira, mas recebe de braços abertos todos os que, sendo da Família da ADFA, pretendam participar.

Se nunca participou, experimente, pois passará um dia de convívio, em camaradagem, desfrutando de um ambiente saudável e de boas iguarias.

Mais informações na próxima edição do ELO.

Noitada de São João

A Delegação está a organizar um jantar no Restaurante Social, para celebrar o São João, em 23 de Junho, pelas 20h00.

Da ementa constam sardinha assada, caldo verde, fêveras, tiras de porco, pimentos, broa, vinhos, águas e sumos... e muita animação!

O preço por pessoa é de 20,00 euros (adultos) e de 7,50 euros (crianças dos 7 aos 12 anos).

As inscrições podem efectuar-se até ao dia 19 de Junho, no Serviço de Apoio ao Associado, pelos seguintes contactos: 228 347 201, 912 567 812 ou atendimento.porto@adfa.org.pt.

A noitada não se confina ao jantar mas é o ponto de partida para a festa popular, pelos cantos e ruas da cidade, como ilustra a quadra:

*S. João estás a chegar
E vens com ricos majericos
Pões toda a gente a animar
E há muitos namoricos.*

ALMAR - Clínica Médica e de Reabilitação

A ALMAR é uma nova clínica médica e de reabilitação, instalada na Rua António Ramalho 623, Senhora da Hora (Matosinhos), junto ao cruzamento do Monte dos Burgos, que abriu recentemente os seus serviços ao público. Esta Clínica possui convenção directa com o subsistema de saúde ADM/IASFA para a realização

de consultas médicas de Clínica Geral e de Medicina Física e de Reabilitação/Fisiatria, bem como para tratamentos de Fisioterapia.

Em regime livre, a Clínica dispõe ainda de consultas de Medicina Interna, Pediatria, Psiquiatria, Psicologia, Terapia Ocupacional e Terapia da Fala.

Os deficientes das Forças Armadas, deficientes militares e outros beneficiários da ADM abrangidos pela Portaria n.º 1034/2009, de 11 de Setembro, têm isenção do co-pagamento do valor da consulta ou acto médico. Para além dos benefícios acima descritos, a Clínica dispõe de estacionamento não pago e rampa de acesso para pessoas com mobilidade reduzida.

Produtos de apoio e ajudas técnicas

As reclamações dos associados sobre o atraso no fornecimento de produtos de apoio e ajudas técnicas por parte do IASFA/Laboratório Militar estão a causar mal-estar e desagrado, pela falta de respostas claras e directas, segundo a Direcção da Delegação (DD) do Porto.

Esta situação arrasta-se, em alguns casos, já desde 2024, passando por 2025 e continua em 2026, sendo que os fornecimentos, poucos, não respondem às necessidades dos que deles dependem.

Em 2025, a Assembleia da República, no Orçamento do Estado para 2026, destinou uma verba especificamente para os deficientes das Forças Armadas, mas em nada correspondendo ao que foi decidido, acrescenta a DD.

“Os deficientes das Forças Armadas regressaram da Guerra Colonial marcados pelas perdas sofridas ‘ao serviço de Portugal’, pelo que não é aceitável que, estando agora numa fase avançada das suas vidas, tenham uma vez mais de sofrer as consequências da burocracia estatal”, refere a DD.

“Os deficientes das Forças Armadas ainda estão conscientes de que toda esta situação se resolva, com bom senso e dignidade”, sublinha a DD.

Quotas – um dever associativo

A regularização das quotas é fundamental para a sustentabilidade financeira da Delegação. Por isso, os associados devem regularizá-las, evitando atrasos desnecessários.

Os associados com dificuldades económicas poderão solicitar a isenção de todo ou parte das quotas à Direc-

ção de Delegação, por escrito, por telefone ou pessoalmente, no Serviço de Apoio Social.

Informações úteis

Serviços associativos

Os Serviços Associativos funcionam no Centro Associativo e Social – Edifício do “Palacete-Cor-de-Rosa”, com entrada pela Rua Pedro Hispano.

Serviço de Apoio ao Associado

Nos dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00. Contactos: 228 347 201/912 567 812/atendimento.porto@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Jurídico

Nos dias úteis, das 15h00 às 17h00, mediante agendamento telefónico prévio. Contactos: 228 347 201/912 567 812/gabjuri.porto@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Social

Segundas, Quartas e Sextas-feiras, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00. Contactos: 228 347 207/servas.porto@adfa.org.pt

Restaurante Social

Serviço de refeições económicas, todos os dias úteis, das 12h00 às 14h00. Contacto: 228 347 206

Cafeteria-Bar

Dias úteis e Sábados, das 14h00 às 17h00. Contacto: 228 347 205

Departamento de Apoio Integrado Secretariado

Contactos: 228 347 202/912 567 546/secretariado.dai@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Médico, Psicológico e Social

Consultas de Medicina Geral e Familiar, Psiquiatria, Psicologia Clínica e Nutrição.

Centro de Actividades e Capacitação para a Inclusão

Funciona no âmbito de um Protocolo com o Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, I.P., com as seguintes actividades: Hidroginástica/Hidroterapia; Expressão e Dimensão Plástica; Movimento e Funcionalidade; Educação para a Saúde e Cidadania; Capacitação Digital; Expressão Psicomotora; Ritmos e Sons; e Dinâmicas de Grupo.

A Direcção da Delegação



Mantenha as suas quotas em dia

WWW.ADFA-PORTUGAL.COM/

Lisboa

“A Memória dos Pássaros que Não Voam”

ADFA visita exposição colectiva

A Delegação de Lisboa realizou, no passado dia 30 de Abril, uma visita ao Centro de Artes e Criatividade (CAC) de Torres Vedras, no âmbito da Exposição Colectiva “A Memória dos Pássaros que Não Voam”, resultante do projecto de investigação e arte “REVELAR Torres Vedras”. A ADFA foi calorosamente acolhida pelos curadores responsáveis pela Exposição, destacando-se o artista plástico Márcio Carvalho, que acompanhou toda a visita. Os associados, suas esposas e colaboradores da Delegação foram então conduzidos numa visita guiada à Exposição. O artista plástico que os guiou na visita partilhou comentários e explicações sobre as obras apresentadas, escutando testemunhos e respondeu a questões, acolhendo algumas sugestões dos participantes.

“As obras expostas sensibilizaram profundamente todos os presentes, pela forma como retratam o sofrimento vivido no passado, uma realidade que continua ainda hoje presente entre os que vivenciaram a guerra e nas suas famílias, marcadas por experiências difíceis que permanecerão para sempre na memória de quem as viveu e acompanhou de perto”, comentou Francisco Ja-



O grupo animado posa durante a visita à Exposição

neiro, presidente da Direcção da Delegação de Lisboa. Para além da representação artística dos contextos da guerra, a exposição destaca o papel da mulher, tantas vezes esquecido pela sociedade, mas essencial no seio familiar e no apoio prestado aos deficientes militares. Com esta mostra, o autor procurou dar voz e reconhecimento a estas mulheres, valorizando o seu contributo e a sua dedicação silenciosa. As peças apresentadas resultam de entrevistas realizadas a mulheres de de-

ficientes das Forças Armadas, “dando voz a histórias muitas vezes invisíveis”.

Esta Exposição estará patente até 21 de Junho, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00, no CAC. Na deslocação a esta exposição, a Delegação de Lisboa contou com o apoio da Junta de Freguesia do Lumiar, que disponibilizou um autocarro para o efeito.

Francisco Janeiro e Paula Afonso

Reunião com os associados

Em 21 de Maio, e com a presença de dezenas de associados, realizou-se o já habitual encontro mensal com a Direcção da Delegação de Lisboa. Nesta reunião foi dada informação sobre a forma como têm decorrido as diversas audiências e reuniões, apesar de não ter sido possível que a DN participasse neste encontro. Sobre a proposta de concretizar uma petição à Assembleia da República, aprovada na última Assembleia-Geral de Delegação, foi explicado como deve ser preenchido o documento que os associados irão receber em breve, acrescentando que a petição pode ser preenchida por qualquer cidadão. Foi também analisada a forma como decorreu a Assembleia-Geral Nacional Ordinária, em 18 de Abril, e, no que respeita ao Caderno Reivindicativo em vigor, “os associados continuam a manifestar a sua indignação, pelo desinteresse e abandono a que os deficientes militares estão a ser votados”, por parte das entidades oficiais.

Henrique Mendonça, presidente da MAGD



Os associados sempre atentos, durante a reunião

Actividades no Núcleo de Sintra



No dia 22 de Maio, o Núcleo de Sintra realizou um lanche, para entrega dos prémios do Torneio de Sueca, contando nesse convívio com a presença de associados e diversos convidados. “A Delegação de Lisboa agradece aos responsáveis do Núcleo de Sintra todo o esforço para que pudesse realizar-se este evento em prol dos nossos associados e de todos os residentes que frequentam o Núcleo de Sintra”, salientou o presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro.

25º Aniversário da Delegação

O presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, divulgou que irá realizar-se, no dia 12 de Julho, Domingo, o tradicional almoço comemorativo do Aniversário da Delegação.

O 25.º Aniversário da Delegação de Lisboa será celebrado, entre associados, familiares e amigos, no Restaurante Pastelaria Rainha Santa, na Sede Nacional, em Lisboa, a partir das 12h30.

Os associados que pretendam fazer as suas inscrições ou obter mais informações devem fazê-lo junto dos Serviços da Delegação de Lisboa.

Reunião de mensal de associados

A Delegação de Lisboa está a organizar a próxima reunião mensal com os associados, a realizar no dia 18 de Junho, Quinta-Feira, pelas 14h00, no Auditório Jorge Maurício, na Sede Nacional, em Lisboa.

Neste encontro de debate associativo vão estar em análise os seguintes assuntos: ponto de situação sobre a proposta de petição da Delegação de Lisboa; Cader-

no Reivindicativo da ADFA; e 25.º Aniversário da Delegação de Lisboa, no dia 12 de Julho, Domingo.

“Comparece e participa, porque só com a participação de todos é que poderemos alcançar o muito que há para concretizar. Não fiques à espera de que os outros resolvam os teus problemas. A ADFA é de todos e para todos”, realça o presidente da Direcção Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro.

Outras actividades

O Núcleo de Sintra está aberto aos associados, todos os dias, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

O responsável pelo Núcleo de Sintra, Anselmo Garvoa, informa sobre as actividades em curso: Pintura - Segundas e Sextas-feiras, das 14h00 às 17h00. Informática - Terças-feiras, das 15h00 às 17h00. Rendas e bordados tapetes de arraiolos - Quartas-feiras, das 10h00 às 13h00. Jogos de cartas e de tabuleiro - Quartas-feiras, das 14h00 às 17h00. Yoga do Riso - Quintas-feiras, das 15h00 às 16h00. Clube de Poesia - Quintas-feiras, das 16h00 às 18h00.

A Direcção da Delegação



Aniversários das Delegações

Famalição

52.º Aniversário



A Delegação agradece a presença dos associados e familiares

A Delegação de Famalição celebrou o seu Aniversário, como Delegação da ADF A mais antiga do País, no dia 19 de Maio, cumprindo 52 anos de actividade em prol dos associados. Para assinalar esta data tão especial, a Direcção da Delegação decidiu promover uma comemoração diferente, marcada pela proximidade

e pelo convívio entre associados e familiares. Assim, entre os dias 18 e 22 de Maio, foi realizado diariamente um pequeno lanche de confraternização, proporcionando momentos de partilha, amizade e união.

“Apesar de simples, esta iniciativa foi preparada com

muito carinho, tendo como principal objectivo agradecer a todos os associados pelo apoio, presença e dedicação, ao longo de tantos anos”, referiu a Direcção da Delegação, que agradece especialmente a todos os que participaram e contribuíram para tornar esta celebração ainda mais significativa.

Faro

Almoço-convívio de Aniversário



A Delegação agradece a presença dos associados e familiares

Decorreu no passado dia 9 de Maio, no Restaurante *Austrália*, em Faro, o almoço-convívio de celebração do Aniversário da Delegação de Faro, no qual confraternizaram aproximadamente 90 pessoas, entre asso-

ciados e acompanhantes. O evento foi abrilhantado pela presença do presidente da Câmara Municipal de Faro, António Miguel Pina. *“A Delegação de Faro, num forte abraço associativo,*

agradece a presença de todos associados que estiveram neste evento”, refere o presidente da Direcção da Delegação, Ludgero Sequeira.

A Direcção da Delegação

Castelo Branco e Setúbal

Funcionamento das Delegações

A Direcção Nacional informa sobre as datas de abertura das instalações da ADF A em Castelo Branco e em Setúbal, com referência às próximas semanas:

Castelo Branco

Quando os associados receberem esta edição do ELO, já terá ocorrido a primeira abertura do mês de Junho, anunciada na última edição.

As instalações da Delegação abrem, no mês de Junho, a 1 e a 15, e também no dia 6 de Julho.

Setúbal

Pretendendo incentivar a presença dos associados de Setúbal, nos dias da abertura das instalações da Delegação, os Serviços da Sede Nacional, representados por António Cardoso, continuarão a assegurar o atendimento, como de costume, todas as manhãs das Quartas-feiras, resolvendo as questões que lhes vêm sendo apresentadas, fazendo a cobrança de quotas e tratando dos cartões e de outros assuntos, conforme tem vindo a ser solicitado. No dia 10 de Junho, por razão do feriado nacional do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, as instalações não estarão abertas.

As instalações da Delegação de Setúbal prosseguem às

Quartas-feiras, a partir das 9h15, durante o mês de Junho, nos dias 3, 17 e 24, e no próximo dia 1 de Julho e posteriores Quartas-feiras.

Outras actividades

A ADF A, representada pelos associados da área de Setúbal, Abílio Loureiro e Estêvão Mira, tem estado presente em actividades para que tem vindo a ser convidada pela Autarquia local e outras entidades. O tesoureiro da DN, Cândido Patuleia Mendes, esteve com aqueles associados, no dia 18 de Maio, numa evocação do artista setubalense José Brandão. A ADF A também participou nas celebrações do Dia da Marinha que, de 20 a 24 de Maio, decorreram na cidade sadina.

A Direcção Nacional

Coimbra

52.º Aniversário

No próximo dia 27 de Junho, Sábado, a Delegação de Coimbra irá realizar um almoço associativo de comemoração do seu 52.º Aniversário, no Restaurante “Os Patinhos”, em Ladeira dos Caiados, Carapinheira. As coordenadas GPS são: 40°11'37.6"N 8°39'30.7"W

A Direcção da Delegação de Coimbra convida todos os associados, familiares e amigos a estarem presentes neste convívio associativo de unidade e coesão, “*demonstrando mais uma vez o espírito participativo e solidário para com a Delegação, para que possamos todos em conjunto passar um dia muito feliz*”.

O programa prevê, pelas 12h00, a recepção aos convidados, associados, familiares e amigos, seguindo-se o almoço, pelas 12h30.

A organização informa que o valor para adultos é de 30,00 euros, para crianças dos cinco aos dez anos é de 15,00 euros e que para crianças até aos quatro anos é gratuito.

As inscrições poderão ser efectuadas presencialmente na Sede da Delegação ou através dos contactos telefónicos 917 770 241 ou 239 814 644, até ao dia 22 de Junho, Segunda-feira.

Caso pretendam optar pelo pagamento através de transferência bancária, os interessados podem usar o IBAN PT50 003507400000436853067, agradecendo-se que seja dado conhecimento à Delegação.

Passeio à Extremadura



Momentos de diversão e convívio durante a viagem

Nos dias 23 e 24 de Maio realizou-se o tradicional passeio da Delegação de Coimbra, desta vez à região da Extremadura Espanhola.

“*Foram dois dias bem passados, num passeio agradável em que houve um são convívio entre o grupo, embora a condição física já não seja a mesma de outros tempos, todos cumpriram os trajectos mencionados*”, relatou a organização da iniciativa.

A viagem incluiu passagem por Mérida, Guadalupe, Trujillo, Cáceres e Badajoz, dividindo-se em dois dias de visitas, nos quais os participantes puderam conhecer a a herança histórico-cultural espanhola destas cidades.

Entre locais significativos, como o sítio arqueológico do tempo da ocupação romana, em Mérida, e Guadalupe, típica vila serrana, com o seu centro histórico de ruas empedradas e casas de arquitectura tradicional, os viajantes conheceram monumentos de grande valor, como o Real Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe.

Em Trujillo, povoação assente sobre granito, visitaram vestígios pré-históricos e pré-romanos e a monumental Plaza Mayor, com a escultura de Francisco Pizarro, conquistador do Perú. Em Cáceres, cidade Património Mundial da Humanidade da Unesco desde 1986, o grupo esteve no centro histórico, entre edificações de arquitectura gótica e renascentista, com ruas medievais calcetadas, casas fortificadas e palácios. A visita a Badajoz também foi muito animada. Que surpresas haverá numa próxima viagem da Delegação?

A Direcção da Delegação

Famalicão

Estacionamento reservado



A Delegação informa os associados que as obras no parque de estacionamento já terminaram e que a ADFA dispõe de três lugares de estacionamento reservados (no mesmo lugar onde sempre estiveram), identificados com uma placa de sinalização, sendo obrigatória a exibição de cartão válido, em local visível no veículo.

Os interessados devem dirigir-se à Delegação e solicitar à funcionária o empréstimo de um cartão estacionamento, entregando um documento de identificação, que será devolvido no retorno do cartão estacionamento.

O estacionamento de viaturas não autorizadas nestes espaços constitui uma infracção, podendo dar lugar às medidas legalmente previstas.

Esta alteração visa melhorar as condições de acesso e funcionamento do estacionamento, agradecendo-se a compreensão e colaboração de todos.

Informações e contactos

A Direcção da Delegação de Famalicão informa os associados de que a Delegação funciona de Segunda a Sexta-feira, das 9h30 às 12h00.

A Direcção da Delegação alerta os associados que as informações sobre quaisquer actividades da Delegação serão publicadas unicamente no ELO e no Facebook, tais como as Convocatórias para as Assembleias-Gerais ou outras.

Os números telefónicos de contacto da Delegação são: 252 322 848 e 252 376 323. Os interessados também podem contactar os serviços pelo número 919 594 527.

Serviços clínicos

Na Delegação existe o Serviço Clínico, todas as Sextas-feiras à tarde, com início às 14h00.

As marcações das consultas podem ser feitas para o endereço electrónico ou telefone da Delegação. As consultas são de Medicina Geral e Familiar, com o médico Ricardo Lemos.

Núcleo de Guimarães

O Núcleo de Guimarães está aberto no primeiro e no terceiro Sábados de cada mês.

A Direcção da Delegação

Viseu

Celebração pascal



A convite do comandante da Guarda Nacional Republicana, coronel Adriano Resende, a Delegação de Viseu participou na Missa Pascal das Forças Armadas e de Segurança, na Igreja dos Terceiros. O bispo castrense, D. Sérgio Dinis, presidiu, no dia 28 de Abril, à missa pascal solene na Igreja dos Terceiros, em Viseu. A celebração juntou militares, magistrados, autarcas e representantes das Forças de Segurança, estando a ADFA e a Delegação de Viseu representada com o seu estandarte. Para o ano, a entidade organizadora deste evento religioso será o RI14, Regimento de Infantaria 14.

25 de Abril



Vinte e cinco de Abril sempre, ditaduras nunca mais! Foi sob este lema que este ano a Delegação de Viseu participou nas cerimónias do 25 de Abril, em Viseu, organizadas pela Assembleia e Câmara Municipal de Viseu. Neste dia, foi feito o reconhecimento, pelos Órgãos Municipais, do papel do Regimento de Infantaria 14 (RI14) de Viseu no 25 de Abril.

No Salão Nobre do RI14 foi feita uma homenagem aos *Capitães de Abril*, e teve lugar, na Avenida dos Capitães de Abril, uma deposição de coroa de flores.

O Teatro Viriato abriu-se à Sessão Solene da Assembleia Municipal, que contou com uma Conferência pela ministra da Cultura, Dalila Rodrigues.

Foi também feita uma evocação de quadras sobre o 25 de Abril, com o *Grupo OFF*, na Rua Direita e no Largo Mouzinho de Albuquerque, e teve ainda lugar o espetáculo “*Luta Livre*”, de Luís Varatojo, com a participação do *VOX Viso Coral* e da Banda Filarmónica de Ribafeita, na Fonte das Três Bicas. Diversas outras actividades desenvolveram-se antes e durante o dia 25 de Abril, na lembrança de que “*25 de Abril sempre, ditadura, nunca mais!*”.

ADFA nas Escolas



FOTOS DELEGAÇÃO VISEU

A ADFA foi comemorar Abril nas Escolas, levando aos alunos os testemunhos vivos de quem esteve e viveu a Guerra Colonial e que sabe o que foi aquele conflito armado entre irmãos, que provocou mais de 11 mil mortos, cerca de 30 mil feridos de guerra, centenas de desaparecidos em combate, muitos deles dados como mortos e vindo mais tarde a aparecer. É o caso de um combatente que resgatado em Quanza Sul, Angola, numa acção que envolveu as embaixadas portuguesa e angolana, e, ao fim de 20 anos de martírio, este combatente veio para Portugal, sua terra natal. Estes e outros episódios foram contados este ano, em cinco sessões, nas Escolas de Viseu, tendo esta iniciativa acontecido no dia 4 de Maio, na Escola João de Barros (Amarelinha) e Grão Vasco, onde se falou das nossas experiências sobre a guerra, para que a memória não se apague.

46.º Aniversário dos Comandos



FOTOS DELEGAÇÃO VISEU

A Delegação de Comandos de Viseu celebrou o seu 46.º Aniversário, com cerimónias nas suas instalações, em Ranhados, com colocação de uma coroa de flores junto ao Memorial do RI 14, em Viseu, com um grupo de militares presentes e prestando honras militares e uma prece lida pelo capelão do Regimento, padre Marcelino Pereira. Seguiu-se uma missa em homenagem aos comandos falecidos, “*lembrando assim que os vivos não esquecem aqueles que sempre estiveram ao nosso lado e hoje, passados todos estes anos, não se esquecem!*”. Seguiu-se um almoço de confraternização em que a ADFA também participou.

Férias

A Delegação de Viseu informa que, no próximo mês de Agosto, do dia 10 até ao dia 28, as instalações da Sede da Delegação encontram-se encerradas para férias.

No mês de Dezembro, a Delegação estará encerrada do dia 21 até ao dia 30.

Para qualquer assunto urgente, os interessados podem contactar os números 919 356 741 ou 917 366 082.

Serviços associativos

Os Serviços da Delegação de Viseu funcionam de Segunda a Sexta-feira, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h30, até à preparação e digitalização dos processos e registo informático.

Os contactos podem ser efectuados para os números 232 416 034, 919 356 741 ou 917 366 082, ou através do endereço electrónico secretaria.viseu@adfa.org.pt.

A Direcção da Delegação

Opinião

Saúde e Liberdade

Saúde, saúde, saúde, liberdade, liberdade, liberdade! A saúde é a maior riqueza, o maior bem do Mundo, é um bem de que só descobrimos o verdadeiro valor quando o perdemos, e, assim, quando perdemos a saúde, verificamos que a liberdade não tem sentido algum e deixa de ser importante nas nossas vidas. Jovens e com saúde até ao cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, até à ida para a Guerra Colonial onde, em defesa da Pátria, ficámos deficientes e a sofrer para toda a vida.

Sem saber, na altura, muitos milhares de jovens portugueses demos o nosso contributo para a liberdade de que hoje desfrutamos, mas, de que nos serve essa liberdade pela qual lutámos e demos a nossa vida, se, de facto, não podemos desfrutar dessa mesma liberdade?

Sim, acreditem que dar a vida pelos mais altos valores da Pátria, abdicar de tantos outros, não poder sorrir, aquele sorriso largo, rasgado e de coração cheio e em vez disso, suportar e suavizar as feridas da Guerra Colonial, os hematomas que se vão agravando ao longo da vida, valendo-nos no início as nossas mães, quando nos mandaram do Hospital Militar, sem recuperação alguma, para casa, foram elas e só elas, sim, de coração cheio, a sofrer por dentro, mas dando todo o seu amor que só uma mãe sabe e tem para os seus filhos, meninos feitos homens, nos trataram e nos puseram a andar outra vez. Uma mãe está sempre pronta a dar a vida pelos seus filhos, dar a vida, ter espírito de martírio, é dor no dever, no silêncio no cumprimento honesto do dever, naquele silêncio da vida quotidiana, dar vida pouco a pouco, com aquela simplicidade materna que concebe no seu seio, dá à luz, amamenta e fá-lo crescer e cuida sempre, pequeno ou mais crescido, cuida e lhe dá todo o carinho e assim continua a dar-lhe vida e, neste caso, a vida é martírio.

É isto vida? Apesar de todos os carinhos e do grande amor da mãe, é uma vida sofrida, uma vida em liberdade pela qual lutámos e demos a vida, demos a saúde pela liberdade, liberdade pela qual somos impedidos de poder desfrutar da liberdade pela qual tanto lutámos.

Neste espírito de acção, quem hoje desfruta e goza a liberdade são aqueles que decidem o nosso destino, aqueles que nos governam, que criam leis que, em alguns casos, em vez de as actualizarem ao tempo em que vivemos, fazem cortes como o fizeram ao art.º 12.º do DL 43/76, de 20 de Janeiro, mesmo com o Tribunal pronunciando-se contra e exigindo que se cumpra a lei, bem como o reconhecimento na progressão na carreira. Lutámos pela segurança e bem-estar das populações, lutámos pelos valores de um povo, dos seus bens e haveres, pelos valores nacionais de Portugal, cumprimos com o dever de defender Portugal daqui e de além-mar, no respeito pelo dever cumprido, os políticos de ontem e de hoje têm o dever de dar a todos, todos, todos os deficientes militares das Forças Armadas, que deram a vida pela Pátria, as condições em igualdade, para ter sempre a melhor saúde para viver e desfrutar da liberdade pela qual sofremos e estamos impedidos de desfru-

tar fruto do peso e do sofrimento da deficiência, em defesa dos valores da nossa Pátria, Portugal, na Guerra Colonial.

João Gonçalves,
presidente da Direcção da Delegação de Viseu

Madeira

Pagamento de quotas

A Delegação da Madeira lembra aos associados aderentes do pagamento de quotas por transferência bancária, que, no próximo dia 17 de Julho, será efectuado o levantamento de 84,00 euros, referente às quotas do corrente ano. Este pagamento só é aplicável aos Pensionistas de Invalidez, de Preço Sangue e de Sobrevivência.

Aniversário da Delegação

A Delegação da Madeira vai realizar o seu convívio de Aniversário, no próximo dia 18 de Julho, no Restaurante *O Colmo*, em Santana. Para mais informações, os interessados podem contactar a Delegação, pessoalmente, ou através dos números 291 765 171 ou 961 798 731 ou do endereço electrónico secretaria.madeira@adfa.org.pt. As inscrições devem ser efectuadas até o dia 15 de Julho.

A Direcção da Delegação

Évora

Actividades com os associados

Decorrem durante o mês de Junho as festas da cidade de Évora, com a realização da popular Feira de São João, entre os dias 19 e 30 de Junho.

A exemplo de outros anos, a Delegação vai organizar uma visita guiada a um local emblemático da cidade, ainda por definir, seguindo-se o almoço no restaurante da Sede da Delegação de Évora, no dia 27 de Junho.

Pela tarde, os participantes no passeio e no convívio podem aproveitar para visitar e fazer alguma compras na Feira de São João. “*A Delegação apela às inscrições para este evento associativo, que permite conhecer mais um pouco da história da nossa cidade!*”.

A Direcção da Delegação

Bragança

Almoço de aniversário

A Delegação de Bragança celebra mais um ano de existência, mais um ano de luta e persistência pelos direitos dos deficientes militares, com um almoço-convívio a realizar no próximo dia 21 de Junho, Domingo. “*Como associados unidos que somos, gostaríamos de convidar todos a participar nesta comemoração, e solicitamos aos associados que queiram e possam inscrever-se, que o façam até ao dia 15 de Junho!*”, salienta a Direcção da Delegação, indicando os contactos habituais: 273 322 412 e 968 248 060. A Direcção da Delegação de Bragança agradece a todos os associados que queiram participar, “*para que este dia possa ser um convívio associativo aprazível e memorável!*”.

A Direcção da Delegação

Entre nós, falou o coração

Homenagem a Jorge Maurício



FOTO ARQUIVO ADFA

O dia 30 de Maio começou no Cemitério da Amadora, local de roagem dos elementos da Companhia de Caçadores n.º 3396 e da ADFA à sepultura do antigo presidente da MAGN e da DN, Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício, em momento de homenagem.

Na presença dos filhos de Jorge Maurício, Ana e Miguel, foi deposto um ramo de flores, em homenagem ao militar que sofreu a sua deficiência na Guerra Colonial e que se afirmou como militar e como dirigente associativo na ADFA.

Falecido a 3 de Agosto de 2003, Jorge Maurício deixou uma saudade que faz com que este encontro, em boa hora preparado pelos seus camaradas de armas, seja um misto de emoção e de alegria, de memória e de honra, que todos gostaram de celebrar naquela que foi a sua Casa, a também sua ADFA.

O 47.º Convívio da Companhia de Caçadores n.º 3396 foi, assim, de celebração e homenagem, lembrando que também fez parte, em Moçambique, entre 1971 e 1973, dos que prestaram serviço militar obrigatório numa Guerra Colonial que neles deixou marcas inesquecíveis.

Sessão evocativa

A meio da manhã, já na Sede Nacional, no Auditório *Jorge Maurício*, o grupo de camaradas, familiares e amigos continuou esta sentida homenagem, com uma sessão evocativa que juntou na Mesa de Honra, para além dos filhos de Jorge Maurício, o organizador do evento, coronel Manuel Martins Lopes, o antigo alferes da Companhia, Joaquim Silvério Mateus, o autor Mário Beja Santos, e os dirigentes da ADFA, o presidente e o tesoureiro da DN, António Pereira Neves e Cândido Patuleia Mendes, e o presidente do CFN, Artur Caldeira Vilares.

No Auditório também estava exposto o guião do Batalhão de Caçadores 3851, que a CCaç3396 integrava, para além da Bandeira Nacional e da bandeira da ADFA.

Testemunhos e emoção

Iniciaram-se então as intervenções alusivas a Jorge Maurício, tendo o presidente da DN dado as boas-vindas aos presentes, numa “*Casa que se orgulha de acolher esta homenagem sentida e calorosa*” ao seu associado 208. O coronel Martins Lopes evocou o profissionalismo, a camaradagem, o humanismo, a

resiliência e o sentido de missão do seu irmão de armas Jorge Maurício, deixando, por vezes, a emoção entrecortar-lhe as palavras.

Patuleia Mendes, a quem coube o elogio fúnebre aquando da partida de Jorge Maurício, em 2003, falou dos ânimos quentes das Assembleias-Gerais que eram presididas pelo antigo dirigente, com a autoridade de uma voz poderosa, que revelava a temperança de quem sempre defendeu a ADFA e os seus associados, até ao dia da sua morte. Lembrou que o Auditório da Sede Nacional passou a chamar-se *Jorge Maurício* em 2004, aquando dos 30 anos da ADFA, num momento em que o Presidente da República Jorge Sampaio também homenageou o antigo dirigente associativo que partiu tão prematuramente.

O coronel Martins Lopes leu então poemas de Piedade Galhardo e de Teófilo Minga, e as mensagens de Fernando Bastos, antigo oficial miliciano, camarada de armas no Niassa, em Moçambique, e de Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, que destacou que “*a A25A alia-se à ADFA nesta homenagem*”, realçando que “*há muitos deficientes de guerra que continuam a necessitar de apoio da sociedade portuguesa*”, deixando um abraço solidário à ADFA e seus associados e a Jorge Maurício e seus familiares.

O escritor Mário Beja Santos, antigo professor universitário, falou do livro da autoria de Martins Lopes, “*Lenços Negros, Lenços Brancos – Confessores da Pátria*”, salientando a importância da literatura memorial sobre a Guerra Colonial. “*É uma obra carregada de espiritualidade, que fala da guerra e da paz*”, considerou, destacando a verdade histórica dos conteúdos partilhados naquela obra.

Oferta à ADFA

O artista plástico e músico José Augusto Coelho, que foi abrilhantando a sessão com o dedilhar musical na sua guitarra, em fundo, assumiu, no seu testemunho, que “*fiz a Guerra Colonial com a G3 numa mão e a guitarra na outra*”. Ofereceu aos presentes uma interpretação de “*Trova do vento que passa*” e à ADFA uma pintura de sua autoria, em acrílico sobre tela, datada de 2026 e intitulada “*Intuição Geométrica no Tempo*”. Como se trata de uma figuração geométrica abstracta e colorida, assumiu que “*os riscos estão em tudo na vida*” e associando, simbolicamente, os riscos da pintura aos riscos corridos na guerra e ao sacrifício de Jorge Maurício e à ADFA e seus associados.

Palavras de amor

Miguel Maurício confessou a sua emoção perante uma cerimónia de homenagem tão sentida, numa mensagem que leu e que o ELO reproduz na íntegra:

“*O meu pai, Jorge Maurício deixou-nos há quase 23 anos. Quando eu e a minha irmã Ana recebemos o gentil convite do Martins Lopes para participar neste encontro, nesta homenagem, nesta sua Casa que era a ADFA, uma torrente de emoções e memórias vieram ao de cima.*

Sabemos e pudemos testemunhar, com ele, em vida, como o seu trabalho, os seus valores, a sua busca de consensos, ao serviço da defesa intransigente dos interesses dos associados da ADFA e das pessoas com defi-



ciência em geral, lhe granjearam respeito, reconhecimento e amizade.

Vocês, que fizeram a Guerra e mais tarde a Democracia, são de uma geração singular. Uma geração que, como escreveu Ary dos Santos, 'em África descobriu Portugal'. Que, partindo de uma ditadura, depois de Abril soube a lição histórica mais importante – que a sociedade que se almeja tem que ser conquistada a pulso e diariamente. Que a unidade em torno de interesses comuns é a única forma de avançar e que em Democracia o trabalho nunca está concluído.

Este é para mim o testemunho, ainda hoje, transportado pela ADFa.

Mas também algo que eu e a minha irmã aprendemos desde a mais tenra infância: que as guerras não terminam como os acordos de paz. Que o que a vossa geração passou possa ser um alerta pela paz e contra aqueles que levanamente procuram envolver Portugal em conflitos e aceitam com demasiada naturalidade a opção militar na resolução de problemas.

O livro que o Martins Lopes nos apresenta aqui hoje, pelo excerto que me foi dado a conhecer [sobre o pai, Jorge Maurício], é, por isso, um valioso contributo, quer para a compreensão da história militar da Guerra colonial, quer como retrato social de quem a fez.

Em meu nome e no de minha irmã Ana, muito obrigado por isso, Martins Lopes, e por esta bonita homenagem. Obrigado também à ADFa e a todos vós, por estarem aqui e pelo que fizeram e fazem por Portugal.”

Memória e alegria

A cerimónia terminou após o descerramento de uma placa evocativa, numa das paredes do Auditório Jorge Maurício, pelos seus filhos Ana e Miguel. Depois de uma salva de palmas, cantou-se “Grândola, Vila Morena”, acompanhando a voz de Zeca Afonso em gravação histórica. Foi um momento em que as lágrimas, os sorrisos e a saudade também rolaram entre os presentes.

O convívio prolongou-se pela tarde, com um almoço de confraternização, no restaurante da Sede Nacional e com a animação musical de José Augusto Coelho.

A ADFa saúda esta iniciativa, a que se associou plenamente e com muita honra e orgulho, enviando um abraço fraterno à família de Jorge Maurício.

RV



FOTOS RAFAEL VICENTE



52.º Aniversário da ADFA



Momento de inauguração da exposição colectiva de pintura



Presidente da Magn, presidente da DN e secretário-geral do MDN



Sorrisos femininos entre as cores da exposição

No dia 14 de Maio, a ADFA celebrou o seu 52.º Aniversário, na Sede Nacional, em Lisboa, com a inauguração de uma Exposição Colectiva de Pintura intitulada “*para além da tinta, a alma*”, com trabalhos de alguns associados, familiares e amigos que anteriormente frequentaram as aulas de pintura na Associação, e com um almoço-convívio, no Restaurante da Sede Nacional.

As individualidades convidadas

A comemoração contou com a participação das seguintes individualidades: tenente-general Fernando de Campos Serafino, secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional; Pedro Miguel Vieira, subdirector-geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional (em representação do director-geral, major-general Rui Tendeiro); tenente-general Luís Morgado Baptista, presidente do Conselho Directivo do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA); coronel farmacêutico João Albuquerque do Carmo, director

do Laboratório Nacional do Medicamento (LNM); capitão-de-mar-e-guerra Paulo Gomes Silvano, director de Serviços da Assistência na Doença aos Militares (ADM); tenente-coronel Paulo Cruz, chefe do gabinete do director do Hospital das Forças Armadas - HFAR (em representação do director do HFAR, brigadeiro-general médico José Monge); e tenente-coronel Paulo Santos, do LNM.

Exposição de Pintura

A Exposição Colectiva de Pintura “*para além da tinta, a alma*” foi inaugurada, no átrio principal da Sede Nacional da ADFA, após a recepção às individualidades, na sala de actos dos Órgãos Sociais Nacionais. A mostra reúne obras de vários pintores: Alexandre Aveiro, Elisa Janeiro, Ernesto Rosa, João Barros Silva, José Caracol, José Gonçalves, Leonilde Bonito, Maria Gertrudes Neves e Rosete Rodrigues.

O médico fisiatra e antigo director do Hospital da Força Aérea, João Barros Silva apresentou as obras e os artistas que ficaram expostos num espaço amplo

e de destaque da Sede Nacional. Evidenciou a diversidade de técnicas e de estilos, como meios de expressão e criatividade dos artistas envolvidos.

A obra escolhida para capa do catálogo da Exposição foi o retrato do antigo presidente José Arruda, de sua autoria, destacando-se que também fez parte do grupo de artistas plásticos que se reuniam regularmente para expressar o que aprenderam sobre pintura e estética. A visita à Exposição foi um momento cultural muito significativo, aproveitando os convívios para trocar impressões sobre os temas e as abordagens artísticas escolhidos. Estas pinturas, em diversos estilos, materiais e suportes, ficarão patentes na ADFA entre os dias 14 de Maio e 10 de Junho.

Almoço-convívio

Seguiu-se o almoço de confraternização comemorativo do 52.º Aniversário, no fim do qual as entidades convidadas e os presidentes dos Órgãos Sociais da ADFA fizeram as suas intervenções.





Médico fisiatra João Barros Silva, também artista plástico, apresentou a mostra às entidades



Corte do bolo de aniversário



Mesa de honra do almoço-convívio

Joaquim Mano Póvoas, presidente da MAGN, evocou a história da ADFA e os seus propósitos fundacionais, destacando as Ordens Honoríficas com que três Presidentes da República distinguiram a ADFA e os associados dirigentes que foram também condecorados. “Hoje, pedimos que os processos ainda pendentes tenham resposta e a nossa grande

preocupação é com a saúde”, resumiu o dirigente, que também afirmou que “os associados estão unidos e firmes nas suas reivindicações e preocupados com o futuro da sua Associação”, pelo que a celebração de mais um Aniversário evidencia que “todos juntos, somos capazes de continuar a missão da ADFA”. O presidente da DN, António Pereira Neves,

afirmou que “este é um momento de reflexão sobre a razão por que continuamos a lutar e verificamos que ainda não foram alcançados todos os objectivos nem está devidamente encerrado o dossier da Guerra Colonial”. Sublinhou que “a ADFA e os seus Órgãos Sociais e associados em geral têm um projecto e um plano, materializado numa luta que já dura há 52 anos”. Evidenciou que “este Aniversário é assinalado com profunda preocupação quanto à nossa saúde, tendo convidado as individualidades aqui presentes, que são as entidades com as quais trabalhamos mais directamente na resolução dos nossos problemas”. Apelou à realização de outra ronda de reuniões, para tornar mais célere a solução, revelando a intenção de “continuar e intensificar o fluxo de informações e contactos com estas entidades, na busca de soluções, numa severa luta contra o tempo”. Finalizou, pedindo um minuto de recolhimento e homenagem pelos associados falecidos.

O subsecretário-geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional, Pedro Vieira, elogiou o exemplo da ADFA e dos seus associados, constatando que “o País nem sempre esteve à altura do vosso sacrifício”. Com votos de que “este Aniversário seja o da renovação da esperança, com novos compromissos e reconhecimento de novos direitos”, avançou que não deixaria a Sede da ADFA sem agendar uma nova reunião com a ADFA, que ficou prevista para os primeiros dias de Junho. O presidente do Conselho Directivo do IASFA, TGEN Luís Morgado Baptista, realçou que “estamos francamente empenhados em prestar apoio mais rápido e completo aos DFA, com uma resposta mais síncrona, ao nível das expectativas da ADFA e seus associados”.

O TCor Paulo Santos, director técnico e de Investigação e Desenvolvimento do LNM, referiu que “contamos com o papel importante dos deficientes militares e suas famílias para que o apoio que lhes prestamos seja o melhor possível, pelo que contem connosco para ajudá-los”.

O TCor Paulo Cruz, chefe do gabinete do director do HFAR, salientou que “o Hospital quer melhorar o acesso dos deficientes militares e a todos os antigos combatentes em geral e criámos canais específicos e uma reunião mensal com a ADFA, existindo a proposta de criação de um provedor do utente do HFAR”. O secretário-geral do MDN, TGEN Fernando de Campos Serafino, saudando o 52.º Aniversário da ADFA, parabenizou os associados, os dirigentes e os funcionários da Associação, dizendo que “é total a minha disponibilidade para apoiar a ADFA, com realismo, clareza e muito empenho”.

No momento do corte do bolo de aniversário, todos cantaram os parabéns à ADFA, brindando ao futuro e à resolução dos problemas que ainda preocupam a Associação.

RV



Dr. Pedro Vieira, subdirector-geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional



TGen Fernando Campos Serafino, secretário-geral do MDN



TGen Luís Baptista, Presidente do Conselho Directivo do IASFA



TCor Paulo Santos, representante do Laboratório Nacional do Medicamento



TCor Paulo Cruz, representante do director do HFAR

Estatutos da ADFA em revisão

O ELO entrevistou o tesoureiro da Direcção Nacional, Cândido Patuleia Mendes (CPM) que é o responsável pelo grupo de trabalho criado para a preparação da próxima revisão estatutária. Conheça os pormenores do trabalho já realizado e as perspectivas para a concretização da revisão dos Estatutos da ADFA.

ELO – O tão aguardado processo de revisão dos Estatutos da ADFA, face à necessidade de adequação da estrutura associativa às reais condições dos deficientes das Forças Armadas de hoje e do futuro teve um impulso no ano de 2023. Como tem corrido esse trabalho?

CPM – Esse, foi um objectivo fulcral da Direcção Nacional (DN) da ADFA, sob a presidência do saudoso Santa Clara Gomes e, por essa altura, solicitaram-se contributos aos nossos associados e diversos projectos foram surgindo, de modo que, em Outubro de 2023, incumbido que fui de fazê-lo, propus a presença *online* de todas as Direcções de Delegação, para prepararmos a aglutinação dos estudos recebidos, na intenção de se iniciar um projecto que fizesse avançar mesmo todo o processo de levar o labor obtido à discussão das Delegações, no fito da sua apresentação e apreciação pela Assembleia-Geral Nacional (AGN).

ELO – E como correram essas reuniões online e com que resultados?

CPM – Esse tipo de relacionamento é um dom no presente e mais o será no futuro, se nos adaptarmos bem a ele. A DN nomeou um Grupo de Trabalho, que reunia na Sede Nacional e que eu próprio coordenava, composto, para além de mim, pelos associados António Carreiro, António Neves, então presidente do Conselho Fiscal Nacional (CFN), Cotrim Viana, secretário daquele Órgão, e Francisco Janeiro, na qualidade de presidente de Direcção da Delegação de Lisboa.

ELO – Foi fácil estabelecer contacto com esse grupo e os representantes das outras Delegações, que se integravam nos trabalhos por videoconferência?

CPM – Há que reconhecer que nem todas as Delegações se dignaram envolver-se naquele salutar e laborioso programa de grande composição final, do matizado painel de dar luz, do modo possível, às diversificadas opções sobre as variegadas formas de idealizar os nossos Estatutos do futuro. Mas, é justo salientar que os mais interessados, participantes e intervenientes naquelas reuniões *online* e que decorreram até Março de 2024, foram os representantes das Delegações de Évora, Coimbra, Porto, Faro, Açores e Madeira.

ELO – Porque é que este trabalho, que é considerado meritório, parece ter estagnado nesse momento tão importante?

CPM – Numa reunião de Maio de 2024, os Órgãos Sociais Nacionais (OSN) cessantes, e em altura de equacionarem, ou não, a sua recandidatura, deliberaram a inoportunidade de, naquela altura, promover um estudo nacional do trabalho desenvolvido, dado que, por um lado, ele não seria credível e, por outro, iria intrometer-se no processo eleitoral, a nível da Assembleia-Geral Nacional Extraordinária (AGNE), para a sua apreciação e votação, pelo que



FOTO RAFAEL VICENTE

o processo estancou naquele momento, aguardando-se, para ele prosseguir, a concretização do Acto Eleitoral de 25 de Outubro de 2024.

ELO – Mas, eleitos os novos OSN, o processo da revisão estatutária não foi de imediato reiniciado...

CPM – Claro que não! No dia seguinte ao acto de posse, em Novembro, o novo presidente da DN, António Neves, foi acometido de uma enfermidade de alguma gravidade, que o obrigou a internamento hospitalar e intervenções cirúrgicas, que o tiveram retirado do cumprimento das suas obrigações associativas, até aos finais de Fevereiro de 2025.

Mas, regressado o presidente da DN, uma inopinada anomalia cardíaca leva-me, o coordenador do projecto de revisão estatutária, a um internamento hospitalar de uma semana e o prolongamento do período de acompanhamento cirúrgico, até que, semanas depois, me foi colocado um *pacemaker* e, ainda nesse período de convalescença, deu-se o desentendimento dentro dos elementos da DN, que levou os associados da ADFA a mais um acto eleitoral, este de carácter intercalar.

ELO – E o projecto de revisão estatutária continuou adiado?

CPM – Só uma reunião dos OSN, com a presença dos associados Manuel Lopes Dias e António Carreiro, e ocorrida a 8 de Janeiro de 2026, abria alas para uma série de projectos, que era fulcral imple-

mentar ou reincrementar, e um deles foi o da revisão estatutária e, logo naquele dia, foi decidida a composição de uma nova equipa, para recomeçar com o trabalho que ficara a meio. Para o integrarem foram indicados os associados Manuel Lopes Dias, António Carreiro e José da Silva Monteiro, tendo eu sido designado, de novo, para coordenar o processo e, tal como da experiência anterior, juntou-se a nós a técnica de secretariado Vanessa Braga, para lavrar os projectos das actas e efectuar o restante apoio logístico.

ELO – Então é esse conjunto de associados que está agora a levar os novos Estatutos para a frente?

CPM – Sim e não... Em boa verdade, aquele Grupo de Trabalho recomeçou, em Fevereiro seguinte, a missão de análise do anterior documento, cuja fase tinha findado em Março de 2024, e que foi considerado de enorme valia, pelas possibilidades que propunha de aligeiramento da estrutura orgânica e de redução possível do número de dirigentes, sobretudo das mais pequenas Delegações, situações genéricas, que cada Delegação poderá ou não utilizar, numa máxima e honesta flexibilidade e onde caibam as situações, já objectivamente previsíveis, como se verifica em Setúbal, onde não foi possível sensibilizar associados para, em tempo útil, se organizarem em lista para o anterior acto eleitoral. O “não”, com que iniciei esta frase, refere-se a que aquele Grupo de Trabalho achou que o seu con-

junto deveria ser ampliado e, dada a participação anterior, foram chamados a integrá-lo, e aceitaram fazê-lo, a partir de Abril findo, os presidentes das Delegações do Porto e Évora, Abel Fortuna e Manuel Branco, respectivamente.

ELO – Houve Delegações que já não conseguiram apresentar lista para o Conselho de Delegação (CD) e até se alvitra a desnecessidade da existência de alguns dos outros normais Órgãos estatutários. Isso está previsto?

CPM – Está, sim senhor! A proposta que está a ser conseguida vai recomendar a apresentação de candidaturas eleitorais dos Órgãos, que a capacidade e disponibilidade dos associados de cada Delegação tenha hipóteses de reunir, sendo absoluta a faculdade de alternativa em relação à apresentação de todos os OSD, ou de um ou dois deles, porém, e para a área associativa continuar a ser considerada como Delegação, é imprescindível a existência obrigatória da DD.

ELO – E não havendo OSD, qual é a solução prevista?

CPM – Isso é uma situação que está ainda em análise, se a Direcção Nacional tomará conta da ocorrência, como já está a passar-se em Setúbal, ou se, em alternativa, ela mesma incumbe dessa tarefa à Delegação mais próxima e ainda com capacidade de exercer tal gestão. A ideia que persiste no Grupo de Trabalho para a revisão estatutária é de que não se encerre nenhuma das nossas Delegações e, se

infelizmente, isso tiver que acontecer, que suceda o mais tarde possível.

ELO – Nesse caso, parece óbvio que os OSN têm que garantir e assegurar a coesão nacional da ADFA e a certeza de que não faltará apoio a qualquer dos associados, estejam eles onde estiverem. Não irá haver, por essa razão, alterações no seu número e composição?

CPM – Esta Casa, aqui em Lisboa e em princípio, será sempre o último reduto da salvaguarda da manutenção e defesa dos princípios e objectivos da ADFA, em defesa dos direitos dos seus associados, tal como do repositório do seu património material e imaterial. Os OSN (AGN, DN e CFN) serão os pilares da nossa força e resiliência até aos dias finais da Associação, por isso têm que ficar, ou melhor, devem ser-lhes mesmo ampliadas as competências. Porém, quanto ao Conselho Nacional e ao Conselho de Executivos, até porque têm aptidões idênticas, para não as designar de iguais, existe um desejo generalizado de que se fundam num só Órgão, cuja composição está neste momento em cima da mesa do Grupo de Trabalho e de cujo resultado positivo, conforme esperamos, se venha a alcançar uma nova e operacional forma de aconselhamento à DN.

ELO – Para quando a conclusão do processo de revisão estatutária?

CPM – O Grupo de Trabalho, que reunia quinzenal-

mente, com a entrada dos dois elementos das Delegações, passou a debater esse assunto todas as semanas, pelo que se imagina que este labor de fusão, com tal periodicidade, possa finalizar a sua missão desejavelmente até ao final de Junho.

ELO – E o que podem os associados esperar a seguir?

CPM – Bem, a seguir o apuramento deste trabalho será levado à análise dos associados das diversas Delegações, pelo que, e, segundo penso, a AGNE, para apreciar e votar a proposta amplamente consensualizada dos Estatutos da nossa Associação, poderá vir a ser convocada para reunir no último trimestre do ano em curso.

ELO – Que palavras deixaria aos associados, neste momento da revisão dos Estatutos?

CPM – Após o aturado trabalho de compilação dos documentos recebidos e da harmonização das suas arestas, augura-se e incentiva-se a ampla disponibilidade dos dirigentes de todas as Delegações, para prosseguir com a tarefa de levar esta proposta à análise dos nossos associados, aos quais devem sensibilizar para participar nessa fase de apuramento do texto final e comparecerem em peso na AGNE, de onde sairá o texto e directrizes finais desta, que pode mesmo vir a ser a última, revisão dos Estatutos da ADFA!

RV



adfacar

UM SERVIÇO AO SEU SERVIÇO

Se pretende comprar automóvel dirija-se à ADFACAR que trata de todos os procedimentos para obtenção de automóvel com isenção.
A ADFACAR também trata de vendas sem isenção.

**Pense e compare preços antes de comprar.
Venha conhecer o que a ADFACar tem para si.**

MERCEDES | AUDI | SKODA | VOLKSWAGEN | FORD |
CITROËN | BMW | HONDA | TOYOTA | OPEL | PEUGEOT | FIAT

+Info: Alberto Pinto
Tel.: 217 512 640/621 | 217 512 600 | Tlm.: 916 186 540 |
alberto.pinto@adfa-portugal.com

9H ÀS 12H30 E DAS 14H ÀS 18H

“Despojos de Guerra” na Assembleia da República

Deficientes militares em exposição fotográfica de Leonel Castro



O presidente da Assembleia da República apresentou a exposição fotográfica “Despojos de Guerra”, de Leonel de Castro

Depois de ter passado pelo Centro Português de Fotografia, no Porto, a Exposição *Despojos de Guerra*, da autoria do fotógrafo Leonel de Castro, chegou à Assembleia da República, em Lisboa, onde estará patente, entre 27 de Maio e 26 de Junho, no Andar Nobre.

Esta mostra é o resultado de um ensaio de fotografia documental desenvolvido entre 2020 e 2024, num projecto que retrata histórias e experiências de militares feridos durante a Guerra Colonial, constituindo, segundo o autor, “o primeiro ensaio fotográfico realizado em Portugal sobre um tema tão determinante na sociedade portuguesa”.

“A exposição sublinha a relevância histórica da Guerra Colonial (1961-1974), conflito no qual se estima terem morrido mais de dez mil militares portugueses e cerca de cem mil civis”, anunciou a Assembleia da República no seu site.

O processo de recolha fotográfica foi realizado em colaboração com a ADFA e com o apoio do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), com o objectivo de contribuir para a preservação da memória colectiva sobre a Guerra Colonial e os seus resultados humanos.

O registo fotográfico dos deficientes militares foi realizado em diversos pontos do território nacional, na Sede Nacional da ADFA e na Delegação do Porto, entre outros, pelo processo de colódio húmido (1851), com recurso a lentes com cerca de 160 anos e outros equipamentos e químicos de revelação, que permitiram que as fotografias ficassem com uma aparência “danificada”, alinhada com os próprios deficientes militares fotografados, evocando o seu sacrifício e as mazelas trazidas da guerra. Outras fotos foram obtidas com máquinas modernas, nas deslocações aos três teatros de operações da Guerra Colonial, na Guiné-Bissau, em Moçambi-

que e em Angola, contextualizando o outro lado da guerra e retratando os antigos guerrilheiros africanos que lutavam pela independência.

“A exposição é o culminar de um trabalho de longo curso que percorre diferentes territórios, documentando o passado e o presente de Moçambique, Guiné-Bissau e Angola”, resumiu o autor.

A inauguração da Exposição contou com a participação do presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, e de deputados de diversos Grupos Parlamentares, bem como de uma delegação de associados, dirigentes e familiares da ADFA, entre os quais o presidente, o tesoureiro e o vogal da DN, António Pereira Neves, Cândido Patuleia Mendes e Arlindo Santos, dos conselheiros nacionais Manuel Lopes Dias, Chiu Arruda e Alberto Pinto, e do presidente da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro.

RV

ADFA no Programa “Sociedade Civil”

Transmitido na RTP2 no dia 14 de Maio



A ADFA foi convidada para o programa “Sociedade Civil”, da RTP2, dedicado aos antigos combatentes, gravado em 27 de Abril e emitido em 14 de Maio, aquando do 52.º Aniversário da ADFA.

Participaram o presidente da DN, António Pereira Neves, e os conselheiros nacionais Maria Leonarda Tavares e Manuel Lopes Dias, bem como o fotógrafo Leonel Castro, autor do livro e da exposição fotográfica “Despojos de Guerra”, que foi inaugurada, no dia 27 de Maio, na Assembleia da República (ver notícia na página 16). O programa 90 da 22.ª temporada da série, com a duração de uma hora e realização de Filipe Vasconcelos, iniciou-se com uma peça jornalística de Ana Luísa Rodrigues, com imagens da Guerra Colonial e depoimentos do escritor Carlos Matos Gomes, do investigador Bruno Sena Martins e do presidente do Instituto de História Contemporânea, Pedro Aires Oliveira.

O jornalista Luís Castro deu a palavra ao presidente da DN, enquanto em fundo passavam imagens da Guerra Colonial e da ADFA.

O presidente aludiu à especificidade dos deficientes militares, que também são antigos combatentes, realçando a missão e a história da ADFA e referindo-se às dificuldades do seu sofrimento, no serviço militar obrigatório, por Portugal, e acrescentando especial enfoque nas questões relacionadas com a saúde e com o agravamento das deficiências, focando também as questões legislativas não reconhecidas ou ainda pendentes. Realçou que a insensibilidade tem continuado, pois “a componente económico-financeira está à frente da componente humana”, no que respeita à resolução dos problemas dos deficientes militares, pelo que “o 25 de Abril ainda não se cumpriu na sua totalidade”.

Manuel Lopes Dias falou sobre o projecto de preservação da memória da ADFA, naquele que é o “lega-

do imaterial da Associação”, e lembrando o livro “A Geração da Rutura”, editado em 2017. Considerou que, actualmente, os manuais de História ainda não contam tudo e que “lutamos contra o apagamento da memória da Guerra Colonial e dos que dela voltaram feridos no corpo e na mente”.

O fotógrafo Leonel Castro, que o ELO entrevistou na altura em que expôs as suas fotografias dos deficientes das Forças Armadas no Porto, falou sobre aquele projecto cultural, que contou com a colaboração da ADFA e apoio do IASFA. As fotografias foram registadas no processo de colódio húmido, datado de 1851, com lentes que já contam cerca de 160 anos e outros materiais pesados e também químicos de revelação e fixação das imagens, com aquela aparência “danificada” tão característica, e também com máquinas mais modernas, na sua deslocação aos territórios africanos dos três antigos teatros de operações da Guerra Colonial.

Maria Leonarda Tavares, viúva de um grande deficiente das Forças Armadas, deu o seu testemunho de vida, contando a história do amor vivido com Rui Alves, “numa época de dificuldades e de barreiras mentais e culturais” à sua união com um tetraplégico de guerra. Falou do casamento de 48 anos com Rui Alves e do papel das mulheres na vida dos seus maridos deficientes de guerra. Colocou a questão da “injustiça a que ficam votadas as viúvas dos GDA, sem reconhecimento por uma vida inteira de dedicação, tantas vezes em substituição do próprio Estado Português, e numa situação financeira frágil, face à opção de terem abdicado das suas carreiras profissionais por amor”, ficando agora sem uma reforma ou sem a “devida reparação”.

Os interessados podem assistir ao programa através da RTP Play em <https://www.rtp.pt/play/p16075/e928908/sociedade-civil>.

RV

Oferta da Academia Militar à ADFA

A ADFA foi beneficiária da oferta de uma cadeira de rodas pelos cadetes alunos finalistas da Academia Militar, na cerimónia da Bênção de Finalistas do Patriarcado de Lisboa, realizada, na alameda da Cidade Universitária, em Lisboa, no dia 23 de Maio.

A oferta solidária foi entregue na Sede Nacional, sendo útil para apoiar os associados. Na Cerimónia da 42.ª Bênção de Finalistas Universitários de Lisboa a ADFA esteve representada pelo tesoureiro e pelo vogal da DN, Cândido Patuleia Mendes e Arlindo Santos. A cerimónia, presidida pelo Patriarca de Lisboa, D. Rui Valério, teve como lema “Do empenho à missão, numa vida com sentido”. A ADFA expressa o seu agradecimento aos alunos finalistas e ao Comando da Academia Militar, pela oferta solidária e pela sensibilidade de sempre lembrarem os que deram o melhor da sua juventude por Portugal, durante a Guerra Colonial e também na afirmação dos valores de Abril, ao longo de 52 anos.



RV

A Associação recebeu o gesto solidário dos finalistas da Academia Militar

Nós, os deficientes em serviço

Aos DFA, quando lhes é atribuída a pensão, fica igual ao rendimento ilíquido do posto correspondente ao militar que está no activo, e mais uma percentagem da desvalorização que lhes foi atribuída [Suplemento de Invalidez]. Ou seja, a sua pensão está sempre actualizada com os vencimentos dos militares no activo, está de acordo com a Lei, sujeita aos impostos e com a qual concordo plenamente. Já aos deficientes em serviço, quando lhes é atribuída a pensão, começam todos com uma pensão que

varia entre os 210 e os 230 euros mensais, quer a pensão seja atribuída no ano de 2026 ou, por exemplo, no ano 2000. Ou seja, não foi actualizada, e só começa a aumentar de acordo com a inflação, a partir do ano em que é atribuída.

Ou seja, os deficientes em serviço são os parentes pobres da nossa Associação, a quem o Estado ou a nossa Associação pouco ou nada fizeram para melhorar a sua situação económica ao longo de várias décadas. A minha pergunta é: a nossa Direcção Nacional já chamou a atenção do Governo para este desinter-

se ou discriminação dos deficientes em serviço por parte do Governo?

Também, quanto aos deficientes em serviço, para as suas esposas terem direito à assistência na saúde têm de descontar 3,5 % sobre o ordenado mínimo nacional, quando recebem cerca de um terço desse valor. A minha pergunta é: se a nossa Direcção Nacional já alguma vez chamou a atenção do Governo para esta diferença.

Manuel Maria Gonçalves, associado n.º 16.190

Pensão de Preço de Sangue

No último Jornal ELO vem, no Caderno Reivindicativo, o Ponto 3, que trata da questão da Pensão de Preço de Sangue. Como sou um “rato de biblioteca” fui ver o que é isso da tal Pensão de Preço de Sangue. De acordo com o DL n.º 466/99, o valor desta pensão tem por fim auxiliar as nossas viúvas (cônjuges ou companheiras em uniões de facto) que estejam com carências económicas. De acordo com este diploma, o valor dessa pensão era de 100,00€. Qual será o montante actual?

Mas o que me interessa, de momento, é a redacção que a Lei n.º 61/2019, de 16 de Agosto, vem dar ao artigo 11.º do DL 466/99.

A Lei n.º 61/2019 dá uma nova escrita ao Ponto 2 do tal artigo 11.º e “diz”: “O quantitativo da Pensão de Preço de Sangue resultante do falecimento de Deficiente das Forças Armadas não sofre de qualquer redução mesmo que o cônjuge ou união de facto sobrevivo aufera outros rendimentos”.

Tudo muito bem e bonito, mas, em termos práticos, em que se traduz tudo isto?

Quais são, na realidade, os benefícios que tal Pensão de Preço de Sangue traz para os visados?

Isto é que interessa saber... e muito!

Pelo menos uma coisa está definida e que permite a junção de outros rendimentos com o valor da Pensão de Preço de Sangue.

Francamente, gostava, e certamente todo o universo ADFA, que explicassem e esclarecessem tudo isto.

Obrigado!

Mário Vicente Cornélio, associado n.º 14.981

O Último Combate (autoanálise, memória e legado da ADFA)

AADFA não é apenas uma guardiã da memória da Guerra Colonial, ajudou a criar uma memória histórica fazendo uma ligação entre o combate, o trauma, a deficiência e os problemas do pós-guerra, demonstrando que as associações funcionam como “máquinas de cidadania” e provando a importância fundamental da entajuda para combater isolamento, estigma e invisibilidade. O modo como a ADFA, ao revisitar criticamente o seu próprio legado, pode hoje contribuir para iluminar questões que ela própria trouxe à luz — e que, ciclicamente, parecem condenadas a regressar à sombra — é um dos aspectos mais relevantes deste trabalho de investigação. Ao interrogar o que deixa às gerações futuras, a ADFA não se limita a fazer um exercício de memória: reabre caminhos, reactiva debates e convoca novamente a atenção pública para problemas que persistem, embora muitas vezes abafados pela rotina social e pela erosão do tempo.

Desde a sua fundação, a luta da ADFA nunca se esgotou na defesa dos seus associados. As suas conquistas abriram brechas nas barreiras da exclusão, permitindo que outras pessoas com deficiência encontrassem vias de reivindicação, reconhecimento e cidadania plena. A ADFA foi, durante décadas, um laboratório de direitos: aquilo que conquistou para si tornou-se, por extensão, um avanço para toda a comunidade de cidadãos com deficiência.

Contudo, com o passar dos anos, a visibilidade da ADFA foi-se esbatendo. Não porque o seu papel tenha diminuído, mas porque a sociedade portuguesa — como tantas outras — tende a esquecer aquilo que não se impõe continuamente no espaço público. A memória colectiva é frágil; a injustiça, quando não é nomeada, volta a instalar-se silenciosamente.

É precisamente aqui que este trabalho ganha força. Ao revisitar o seu percurso, a ADFA reacende questões estruturais ligadas à deficiência, sobretudo aquelas

que podem ser mitigadas ou superadas através de um associativismo activo, crítico e interveniente, tanto no plano social como no político. Em suma, ao procurar compreender o que constitui o seu legado útil, a ADFA reencontra, de algum modo, o espírito inaugural da sua formação: o impulso de luta, a recusa da resignação, a convicção de que a transformação social nasce da acção colectiva.

Assim, este movimento de autoanálise não é apenas um gesto de memória — é um gesto produtivo. Ao iluminar novamente o que teima em ser empurrado para a sombra, a ADFA vem recusar o apagamento da memória e assim também convocar de novo todos os cidadãos com deficiência a reconhecerem-se como sujeitos de direitos, agentes de mudança e protagonistas de uma história escrita com as suas próprias mãos e ditada com a própria voz.

Manuel Bastos, associado n.º 1312

ELO de ligação

Escrevam e partilhem no ELO os vossos pensamentos, histórias e recordações.

A publicação nesta secção depende do respeito pelo Estatuto Editorial do ELO, das quotas regularizadas e do tamanho dos textos (até mil caracteres ou meia página A4, com letra Times New Roman em tamanho 12), para que possam ser incluídos na íntegra.

Os conteúdos e opiniões nesta secção são da estrita responsabilidade dos autores e não vinculam a ADFA, o ELO ou os Órgãos Sociais Nacionais.



Reunião alargada sobre o Legado da ADFA em 25 de Junho

O grupo de trabalho restrito sobre o Legado da ADFA realizou mais uma reunião, em 7 de Maio. Estiveram presentes e participaram os presidentes da Direcção Nacional e da MAGN e também o director e o editor do ELO. A próxima reunião terá lugar em 2 de Junho.

Em 25 de Junho é a vez de reunir o grupo alargado, constituído por todos os associados que fazem ou fizeram parte dos Órgãos Sociais e outros associados com participação relevante no passado. Assim, para a reunião de 25 de Junho, ficam convocados todos os associados que têm ou tiveram responsabilidades dirigentes, a nível nacional, das Delegações e dos Núcleos. Todos, na medida do possível, serão contactados pessoalmente, com indicação da ordem de trabalhos e fornecimento da necessária documentação.

Através do ELO e de contacto directo com os associados, o grupo de trabalho restrito tem vindo a dar conta das suas actividades. Neste momento, são do conhecimento geral associativo as razões de ser e os objectivos desta iniciativa. Torna-se agora necessário alargar o nível de responsabilização neste processo de garantia de perduração da memória dos deficientes das Forças Armadas como exemplo passado nas mudanças sociais e culturais no domínio da deficiência. Para isso são chamados todos os que têm ou tiveram maiores responsabilidades associativas.

Na reunião de 7 de Maio, foi consolidada a estrutura do documento “O Legado da ADFA”. A referência e descrição dos traços caracterizadores do património imaterial da Associação é acompanhada de textos em anexo, que realçam alguns desses traços. O primeiro é o artigo da associada Maria Leonarda Tavares, publicado no ELO de Março e analisado pelo grupo de trabalho, conforme referido no ELO de Maio. O segundo é a intervenção de Sophia de Mello Breyner Andresen na Assembleia Constituinte, em 4 de Outubro de 1975.

Em 4 de Outubro de 1975 acabava de terminar a luta, iniciada em 20 de Setembro (a Emissora Nacional ainda estava ocupada). Sophia de Mello Breyner tinha-se deslocado precisamente à Emissora Nacional, para manifestar o seu apoio pessoal à luta dos deficientes das Forças Armadas (ADFA, 2017, p. 176). Nesta sua intervenção na Assembleia Constituinte, começa exactamente por se referir aos deficientes das Forças Armadas, “aqueles a quem o capitalismo não roubou só o produto do seu trabalho, roubou-lhe também a saúde e a integridade do seu corpo”. Como deputada da Assembleia Constituinte, abraçou a causa dos deficientes, como um “problema prioritário”. Era sua pretensão “consignar nesta Constituição, de forma expressa e clara, os direitos de todos os deficientes”. Traça desde logo autênticas linhas programáticas de uma possível política nacional de reabilitação: “O deficiente [...] tem direito à integração na vida da comunidade [...] tem direito

a habitar a vida [...]”; “Por isso é necessário que o Estado promova uma pedagogia que esclareça todos os cidadãos sobre a sua responsabilidade”; “Aliás, esta pedagogia insere-se naquela revolução cultural que é necessária à construção do socialismo”; “É evidente que a revolução cultural começa numa nova atitude do homem em frente do homem, numa nova cultura do comportamento humano”.

Esta concepção humanista e revolucionária da deficiência, contemporânea da luta dos deficientes das Forças Armadas, é historicamente marcante. Associar Sophia de Mello Breyner, figura maior das letras e da cultura, ao nosso património imaterial é uma honra que a ADFA se permite e uma homenagem que lhe rende. Outros textos acompanharão, em anexo, os dois agora referidos. Em próximos números do ELO, disso se dará conta.

Na transmissão do património imaterial da ADFA, como legado, está a ser privilegiada a investigação científica. É urgente, antes que o implacável apagador da memória conclua o seu trabalho, que a ciência aprofunde o estudo da deficiência, refletindo sobre o percurso dos deficientes das Forças Armadas. Nesse sentido, aos contactos informais já realizados com alguns investigadores seguir-se-ão convites para reuniões na Associação.

O empenhamento e cada vez maior envolvimento associativo neste projecto é compreensível. Entretanto, não impede nem prejudica a função fundamental da Associação – a realização dos objectivos estatutários, da responsabilidade dos Órgãos eleitos –; pode, antes, ajudar.

O director e o editor do ELO expressaram, nesta reunião, a intenção de dar mais relevo às actividades relacionadas com o legado, com a criação de uma possível secção fixa, em que passem a constar cada vez mais testemunhos e depoimentos de associados. Espera-se, assim, uma correspondente participação associativa, através da divulgação de vivências pessoais.

A par do património imaterial, o grupo de trabalho tem como finalidade proceder à inventariação, em articulação com os Órgãos Sociais, do património material da Associação. Os dois são indissociáveis, tendo em vista o objectivo final – *identificação de cenário organizativo e institucional para transmitir e cuidar do legado da ADFA no futuro, mantendo-o vivo na sociedade portuguesa*. Segundo o cronograma definido, a inventariação do património material deverá decorrer de Abril de 2026 a Junho de 2027. A identificação do cenário organizativo decorrerá de Novembro de 2026 a Novembro de 2027. Estas tarefas realizar-se-ão de acordo com os prazos estabelecidos.

A reunião do grupo alargado, a realizar em 25 de Junho, impulsionará e estimulará o trabalho em curso. Espera-se uma participação empenhada, à altura das responsabilidades associativas actuais ou passadas.

O Grupo de Trabalho

Quotas em dia

As Delegações da ADFA apelam aos associados para que, no cumprimento do seu dever associativo, procedam à regularização do pagamento das quotas, no valor anual de 84,00 euros. O pagamento de quotas poderá ser efectuado presencialmente, na Sede da Delegação, ou através de cheque, vale postal ou por transferência bancária, para o IBAN de cada Delegação. Em caso de transferência bancária, devem identificar o número de associado e entregar o comprovativo através de email ou presencialmente, para emissão e envio do respectivo recibo.

Contactos e IBAN:

Coimbra

Números 917 770 241, 239 814 644 ou endereço secretaria.coimbra@adfa.org.pt
- IBAN PT50 003507400000436853067.

Famalicão

Números 252 322 848, 252 376 323 ou 919 594 527 ou endereço electrónico secretaria.famalicao@adfa.org.pt
- IBAN PT50 0010 0000 3956 2500 0018 1 (BPI).

Faro

Número 289 828 515
- IBAN: PT50 0035 0303 0004 0507 23050.

Lisboa

Números 217 512 625/937 534 192 ou 217 512 630 /934 004 725 ou endereço electrónico secretaria.lisboa@adfa-portugal.com
- IBAN PT50 0036 0071 9910 0079 848 77

Viseu

Números 232 416 034, 919 356 741 ou 917 366 082, ou endereço electrónico secretaria.viseu@adfa.org.pt
- IBAN PT5000 4531 80400 34119 63803.

Falecimento de associados

Apela-se aos associados e familiares que, quando ocorra o falecimento de um associado, o participem à Delegação, informando sobre as exéquias fúnebres, com referência ao local e à hora, para que a ADFA possa estar presente e prestar-lhe a devida homenagem.

Validade de cartões

Os associados devem verificar a validade dos seus cartões ADM do seu agregado familiar e também dos cartões de DFA, PPI, GDFA e GD-SEN e solicitar a sua revalidação com, pelo menos, três meses de antecedência em relação à data de validade.

A renovação deve ser efectuada após contacto prévio com a Delegação, para informação sobre quais os documentos necessários para esse processo.

Estar alerta

Alerta-se os associados para que, sempre que se dirijam a um Hospital ou outra entidade com acordo com a ADM, solicitem previamente um Orçamento ou Informação sobre os custos de cada acto médico.

O Legado da ADFA para o Futuro

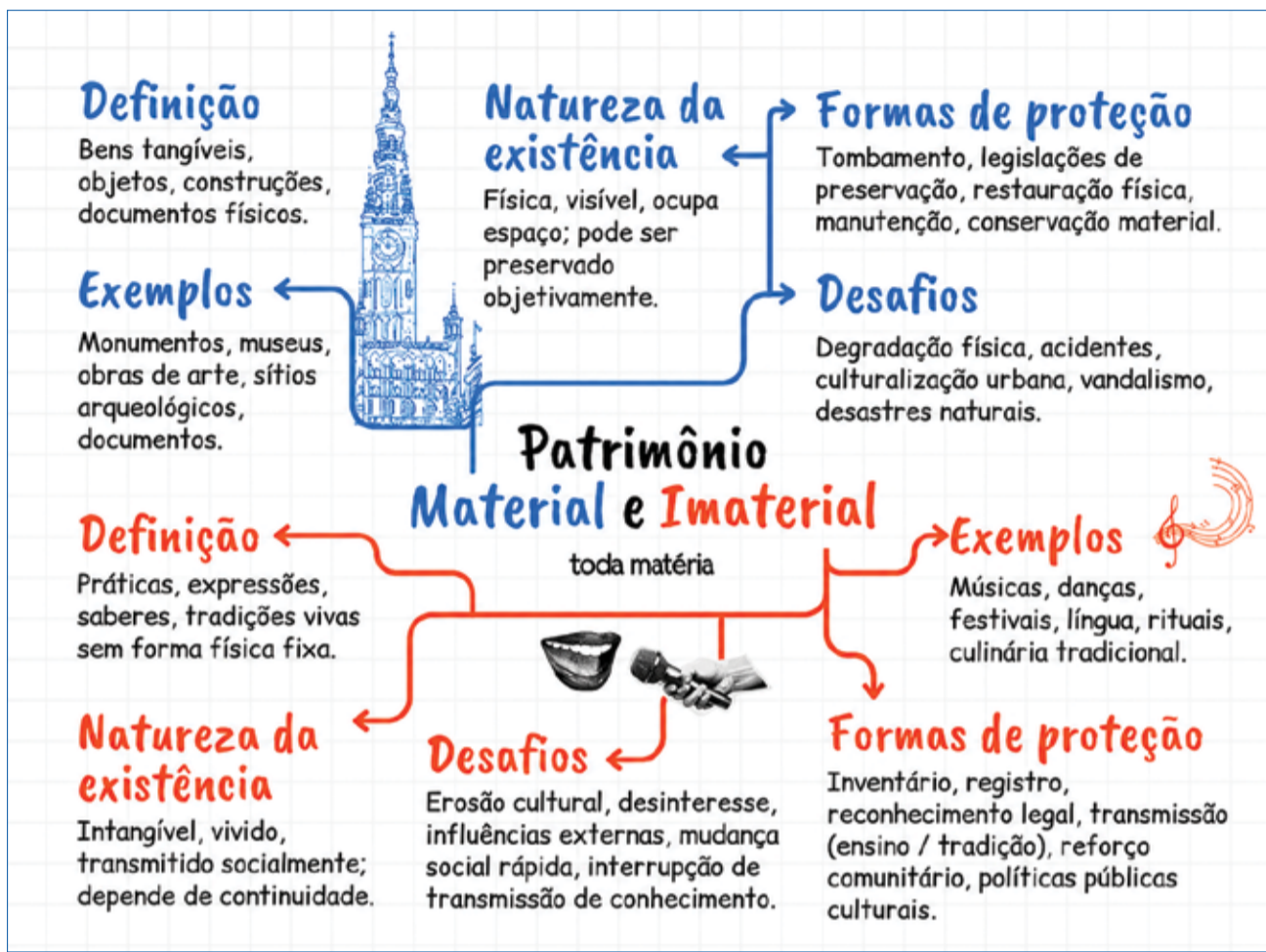
Âmbito e distinção do património material e imaterial

A principal distinção entre património material e imaterial reside na forma que assume a respectiva configuração e existência, o modo físico como permanece no tempo e na sua expressão tangível. O património material refere-se a bens físicos e palpáveis, tangíveis, à realidade que podemos ver e tocar, como sejam os edifícios, os bens imóveis, ou os objectos e documentos que documentem o património da instituição, os bens móveis. O património imaterial refere-se a crenças, valores, conceitos, ideias, saberes, costumes, iniciativas, projectos, práticas que fazem parte da história e da identidade de uma Instituição (ou de um povo), as quais tiveram impacto e influenciaram também o seu contexto histórico e cultural. Configuram a cultura da Instituição, que pode ser transmitida para as gerações futuras, visando a perpetuação da sua memória, através de múltiplas formas, dependendo da vontade e de pessoas e organizações que o assegurem, no presente e no futuro.

A protecção e preservação do património material centra-se na sua existência física ao longo do tempo, na conservação e restauro, prevenindo a negligência ou abandono que podem afectar ou destruir esse património.

A protecção e preservação do património imaterial foca-se na organização e salvaguarda das ideias, saberes, modos de fazer, etc., visando a transmissão continuada desse património para as gerações vindouras. O que se constitui como ameaça mais relevante é o esquecimento, a não transmissão de forma organizada à sociedade, por falta de interesse ou por incompetência.

A constituição e preservação do património imaterial requer que os conteúdos que o integram sejam organizados e documentados, através de registos escritos de vária ordem, que sejam divulgados e conhecidos pela comunidade, através da abertura e disponibilização para estudiosos, de programas educativos, de mostras, de eventos, visitas, etc..



Fonte: Site Toda Matéria - <https://www.todamateria.com.br/patrimonio-material-e-imaterial-o-que-e-e-exemplos/>

Distinções fundamentais

O património material é visível, palpável, enquanto o património imaterial não tem existência física, mas é entendível, percebido por outros, através da documentação.

Os bens materiais podem durar longo tempo, desde que sejam bem conservados, enquanto os bens imateriais existem apenas enquanto forem entendíveis, percebidos e transmitidos por pessoas.

O património material depende de conservação e manutenção física, enquanto o património imate-

rial depende da presença na memória de pessoas, da sua transmissão e da sua promoção.

Os dois sofrem de ameaças distintas. Enquanto o património material está ameaçado pela deterioração física, o imaterial está ameaçado pelo esquecimento, pelo abandono, pelo desinteresse na sua perpetuação.

O Grupo de Trabalho sobre o Legado da ADFA*
*Este texto foi elaborado com base em recolha de informação pela Inteligência Artificial



m g c

Museu da Guerra Colonial
Famalicão Central Parque, Lote 35 A 4760-673 Ribeirão

HORÁRIOS: TERÇA A SEXTA DAS 10H00 ÀS 17H30 - SÁBADO DAS 14H30 ÀS 17H30 - OUTRO HORÁRIOS ATRAVÉS DE MARCAÇÃO PRÉVIA.
TELEFONE – 252 217 998 | TELEMÓVEIS – 919 594 318 | 919 594 510 | 912 521 946
GPS – 41° 22'04.90" N 8° 32'56.42" O

info@museugueracolonial.pt | www.museugueracolonial.pt



Associação dos Deficientes das Forças Armadas



PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

Contactos dos Técnicos

ÁREA GEOGRÁFICA	TÉCNICO/A
Distrito de Bragança Todos os concelhos Distrito de Vila Real Todos os concelhos Distrito de Viana do Castelo Todos os concelhos Distrito de Braga Todos os concelhos Distrito de Viseu Todos os concelhos Distrito da Guarda Todos os concelhos Distrito do Porto Concelhos de Penafiel, Paredes, Valongo, Paços de Ferreira, Lousada, Maia e Gondomar	Carina Pinto T. 925 604 523 carina.pinto@padm.crpq.pt Polo Porto
Distrito do Porto Concelhos do Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Trofa, Santo Tirso, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Marco de Canaveses, Amarante, Felgueiras e Baião Distrito Aveiro Todos os concelhos	Vera Silva T. 960 076 911 vera.silva@padm.crpq.pt Polo Porto
Distrito de Coimbra Todos os concelhos Distrito de Leiria Todos os concelhos Distrito da Castelo Branco Todos os concelhos Distrito de Santarém Todos os concelhos	Norberto Simões T. 960 076 902 norberto.simoes@padm.crpq.pt Polo Coimbra
Distrito de Lisboa Todos os concelhos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países	Ana Machado T. 917 365 357 ana.machado@padm.crpq.pt Polo Lisboa
Distrito de Setúbal Todos os concelhos Distrito de Portalegre Todos os concelhos Distrito de Évora Todos os concelhos Distrito de Beja Todos os concelhos Distrito de Faro Todos os concelhos	Andreia Caeiro T. 925 574 012 andreia.caeiro@padm.crpq.pt Polo Alentejo/Algarve
Região Autónoma da Madeira	Tânia Gonçalves T. 968 581 300 tania.camacho.goncalves@padm.crpq.pt Polo da Madeira
Região Autónoma dos Açores	Maria Botelho T. 960 076 876 maria.botelho@padm.crpq.pt Polo dos Açores

Estatuto Editorial do ELO

- O jornal ELO, criado em 23 de novembro de 1974, é o órgão de informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a sua proprietária, e é gerido pela Direção Nacional (DN).
- Como órgão institucional deve respeitar os Estatutos da ADFA, designadamente no que respeita ao estipulado no seu Artigo 1.º, e demais diretivas dos seus Órgãos Nacionais eleitos. Como órgão de informação deve respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional do Jornalismo.
- O ELO privilegia, na sua temática, as questões relacionadas com os deficientes das Forças Armadas, no sentido da promoção da sua dignificação como cidadãos com direitos e deveres, sendo elemento ativo na defesa dos seus direitos e da sua qualidade de vida.
- O ELO deve ser, também, veículo de toda a problemática dos deficientes portugueses, promovendo a defesa dos seus direitos e divulgando as iniciativas das suas organizações representativas.
- O ELO poderá incluir temas gerais de carácter informativo, cultural e recreativo.
- O ELO deve estar permanentemente atento ao que se passa na ADFA e deve ser um colaborador privilegiado dos Órgãos Nacionais, das Delegações e dos Núcleos na divulgação da imagem e dignificação da Associação, junto dos órgãos do Estado e das autarquias, da Instituição Militar, das organizações internacionais de vítimas e de veteranos de guerra, das organizações de deficientes militares dos PALOP, das associações portuguesas de militares e de antigos combatentes, das organizações de e para deficientes e da opinião pública em geral.
- O ELO deve prestar uma atenção muito especial às bases da ADFA, reservando parte importante do seu espaço para a divulgação das notícias e eventos das Delegações e para dar voz aos associados quer publicando as suas cartas, quer indo ao seu encontro para colher os seus testemunhos a publicar em forma de entrevista.
- Fazendo os deficientes militares parte da “Família Militar”, o ELO, em colaboração com a Direção Nacional, deve manter os associados informados sobre a Instituição Militar, em especial nos assuntos de interesse comum.
- Na seleção do material a publicar, o ELO deve ter presentes princípios de isenção e pluralismo, devendo a colocação dos textos nas páginas, as ilustrações e outros elementos obedecer a critérios baseados na efetiva importância de cada texto ou foto e não nas convicções ou interesses particulares dos seus autores ou de quem seleciona ou pagina.
- Em cada edição o ELO deve fazer a distinção do que é material noticioso e do que é opinião. As notícias devem ser objetivas e cingir-se à narração e análise dos factos; as opiniões devem ser assinadas por quem as defende e obedecer aos princípios do presente estatuto.
- O ELO deve estar atento à evolução das novas tecnologias da informação e procurar estar atualizado na sua utilização.

Os Símbolos Nacionais

Em Janeiro de 1952, através do Decreto n.º 38.596, o dia 10 de Junho - dia da morte de Luís de Camões - foi instituído como “*Dia de Portugal e de Camões*”. Durante o Estado Novo era comemorado também como “*Dia da Raça*”. A partir de 1978, o 10 de Junho converteu-se no “*Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas*”, sendo também celebrado como *dia da Língua Portuguesa, dos Cidadãos e das Forças Armadas*. As comemorações oficiais são presididas pelo Presidente da República, envolvendo cerimónias militares, desfiles, exposições e concertos, em Portugal e no estrangeiro.

No início deste ano, tomou posse o novo Presidente da República, dando continuidade aos símbolos nacionais – Presidente da República, Bandeira Nacional e o Hino Nacional.

Presidente da República

Nos termos da Constituição Portuguesa, o Chefe do Estado, ou seja, o Presidente da República é o mais alto representante da Nação e Comandante Supremo das Forças Armadas. É o garante da independência nacional, da unidade do Estado e do funcionamento correcto das instituições democráticas do Estado de Direito. A Bandeira Presidencial, idêntica à Bandeira Nacional, excepto na cor do pano, que é todo verde-escuro, com o escudo nacional ao centro, é hasteada, no Palácio de Belém ou em qualquer outro local, indicando a presença do Presidente da República, e, em formato reduzido, na viatura oficial da Presidência.

Hino Nacional

A marcha *A Portuguesa*, com letra de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil, executada como Hino Nacional, surgiu em 1890, pelo então recém-formado Partido Republicano, como protesto contra a capitulação política de D. Carlos I ao Ultimato Inglês (face ao Mapa Cor-de-Rosa, o documento que representava a pretensão Portuguesa de anexar os territórios africanos entre Angola e Moçambique).

Por altura da falhada Revolução de 1891, aquela marcha foi adoptada como cântico revolucionário anti-monárquico e proibida pelo Rei. Mas, após a revolta de 5 de Outubro de 1910, e com a instauração da República, a Assembleia Nacional Constituinte, de 19 de Junho de 1911, aprovou a nova *Bandeira Nacional* e a marcha “*A Portuguesa*”, modificada, como Hino Nacional. Ao longo do tempo esta marcha sofreu alterações, até ser oficializada como é o actual Hino Nacional. Na frase “*Contra os canhões...*” era cantado “*Contra os Bretões...*”, significando a palavra Bretões, os Ingleses. O Poema de Henrique Lopes de Mendonça tinha mais duas estrofes que foram retiradas do Hino Nacional, por resolução do Conselho de Ministros de 16Jul1957, publicada no Diário do Governo, 1.ª Série, n.º 199, de 4Set1957.

O Hino Nacional é executado em cerimónias civis e militares, nas quais se presta homenagem a Portugal, à Bandeira Nacional e ao Presidente da República, ou quando se dá a saudação a um alto dignitário estrangeiro de visita a Portugal, depois



de tocado o Hino do seu País. Também se ouve em cerimónias desportivas de jogos internacionais, nos quais participam atletas portugueses, bem como nos Jogos Olímpicos.

Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), foi aspirante da Marinha em 1871, reformando-se em 1912, com o posto de capitão-de-mar-e-guerra. Famoso dramaturgo, produziu inúmeras obras como “*O duque de Viseu*”, “*A Morta*”, ou “*Os Órfãos de Calcutá*”, e escreveu a letra de “*A Portuguesa*”.

Alfredo Keil nasceu em Lisboa, a 8 de Julho de 1854, e faleceu em 1907. Com 14 anos, partiu para a Baviera, onde tirou um curso na Academia de Pintura. Regressado a Lisboa, frequentou a Academia das Belas Artes. O Ultimato Inglês, de 11 de Janeiro de 1890, sobre a questão do Mapa Cor-de-Rosa, inspirou-o a escrever a música para “*A Portuguesa*”.

Bandeira Nacional

A Bandeira Nacional actual (houve várias durante a Monarquia), veio substituir a da Monarquia Constitucional, após a instauração da República, através de um Decreto da Assembleia Nacional Constituinte, de 19 de Junho de 1911. Embora

usada a partir do dia 1 de Dezembro de 1910, instaurado como *Dia da Bandeira*, aquela substituição só foi formalizada com a publicação do Decreto no Diário do Governo n.º 141, em 30 de Junho de 1911.

A Bandeira é um rectângulo cujo comprimento é uma vez e meia a sua altura, dividida verticalmente em duas cores, ocupando a cor verde 2/5 do comprimento e a cor vermelha (escarlate) os restantes 3/5, de modo a que a parte verde fique do lado do mastro. Centrado na linha de separação das duas cores está o escudo das armas nacionais, orlado de branco e sobreposto a uma esfera armilar manuelina, em amarelo e avivada a preto. O escudo possui cinco quinas azuis, dispostas em cruz, dentro das quais há cinco besantes (moedas) brancos. O escudo é cercado por uma bordadura vermelha, com sete castelos dourados.

A esfera armilar é um instrumento científico utilizado para cálculos astronómicos, que remonta à antiguidade. Foi a divisa que D. João II ofereceu a D. Manuel I quando ele tinha 15 anos e que, sucedendo-lhe mais tarde, este mandou adicionar à sua Bandeira, na qual sintetizava a obra científica realizada em Portugal e que tornou possível a navegação astronómica na era dos Descobrimentos, consagrando, assim, a universalidade de Portugal. As cinco quinas de cor azul, em forma de U e ponteadas por cinco besantes, estão dispostas em cruz, fazendo lembrar a cruz azul da Bandeira de D. Afonso Henriques. Segundo uma das versões existentes, as cinco quinas representam os cinco reis mouros que D. Afonso Henriques venceu na Batalha de Ourique, em 1139, sendo ali aclamado Rei.

Os cinco besantes dentro de cada quina representam as cinco chagas de Cristo que, nos momentos de oração antes da batalha, apareceram ao primeiro Rei de Portugal, em Ourique. Contando os besantes no sentido vertical e horizontal, e duas vezes o centro, encontra-se o número 30, que representa os 30 dinheiros que Judas recebeu por ter traído Cristo. Besante deriva de *Byzâncio*, nome antigo de Constantinopla, e é uma moeda antiga, bizantina, de ouro ou prata, do Império Bizantino ou Império Romano do Oriente, que governou o território português nos séculos VI e VII.

A bordadura vermelha (carmesim) continha nove castelos, desde o reinado de D. Afonso III, que conquistou o Algarve aos Mouros em 1249, fixando as fronteiras de Portugal que hoje conhecemos. O Rei acrescentou os nove castelos à Bandeira de então, cujo escudo tomou a forma de U, representando aqueles castelos o número de fortalezas tomadas aos Mouros. Todavia, há outra versão, em que a introdução dos nove castelos por D. Afonso III foi para distinguir a sua Bandeira da do seu avô D. Afonso VIII de Castela, que tinha por brasão um castelo. D. João II reduziu o número de castelos para sete, que ainda hoje se encontram na nossa Bandeira.

Os símbolos nacionais representam a Nação perante o Mundo, a independência da República, a Soberania, a unidade de um Povo, a sua História e Cultura.

António Capela Gordo

Nutrição

Cuidados alimentares nos Santos Populares

Ao chegar Junho, chega também o arranque de uma das tradições portuguesas mais festivas – os Santos Populares – que são sinónimo de convívio, música, sardinhas assadas, caldo verde e bifanas. Embora estes momentos sejam importantes do ponto de vista cultural e social, os excessos alimentares são frequentes nesta época. Assim, é fundamental aproveitar as celebrações sem descuidar a saúde e o equilíbrio nutricional.

Um dos principais cuidados a ter está relacionado com a quantidade de alimentos consumidos. Durante as festas, é comum comer em excesso, devido à variedade de pratos disponíveis e ao ambiente descontraído. No entanto, exagerar pode provocar desconforto digestivo, sensação de enfiamento e, certamente, levará ao excesso de consumo de energia. Por isso, há que moderar as porções e comer lentamente, permitindo ao organismo reconhecer a sensação de saciedade. As sardinhas assadas, provavelmente o maior símbolo desta época, podem ser uma excelente escolha nutricional. São ricas em proteínas e em ácidos gordos Ómega-3, importantes para a saúde cardiovascular. Contudo, devem ser consumidas com moderação, assim como os seus acompanhamentos em pão, broa e batata. Já as saladas, não só devem estar presentes, como se podem dignar a ser consumidas à vontade, porém, temperadas com uma quantidade reduzida de azeite.

Outro aspecto a considerar é o consumo de bebidas alcoólicas: cerveja e vinho, por exemplo, podem causar



desidratação e alterações no sono, além de contribuir para o aumento significativo das calorias ingeridas. Apesar de não ser recomendada a ingestão de bebidas alcoólicas, se efectivamente acontecer, é aconselhável alternar o seu consumo com água.

Outro factor importante é ter atenção às condições de higiene dos alimentos. Nas festas populares, muitos alimentos permanecem expostos ao calor durante várias horas, aumentando o risco de contaminação alimentar. Deve optar-se por locais que apresentem boas condições de limpeza e alimentos bem confeccionados.

Por fim, é importante recordar que as festas dos San-

tos Populares podem e devem ser aproveitadas de forma saudável. Pequenas escolhas, como controlar as quantidades, beber água regularmente, evitar excessos e incluir alimentos ricos nutricionalmente, permitem desfrutar da tradição sem comprometer a saúde e o bem-estar.

Se desejar partilhar a sua opinião sobre este tema, envie uma mensagem de correio electrónico para secretaria.porto@adfa.org.pt.

*Ângela Henriques,
Nutricinista na Delegação do Porto*



**ASSOCIAÇÃO DOS
DEFICIENTES DAS
FORÇAS ARMADAS**
UMA REDE SOLIDÁRIA

**Faça parte
desta rede!**

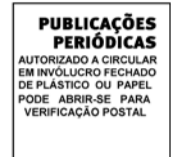
**Consigne 1%
do seu IRS à ADFA
sem custos para si.**

11 CONSIGNAÇÃO DE 1% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPOSTADO			
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS			
Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, 22 de junho)	<input type="checkbox"/>	1101	
Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, 22 de junho)	<input checked="" type="checkbox"/>		
Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho)	<input type="checkbox"/>	1102	5 0 0 0 3 2 2 4 6 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS)	<input type="checkbox"/>	1103	

...e desde já o nosso obrigado.

Associação dos Deficientes das Forças Armadas





• ORGÃO DE INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS •

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA | Pessoa Colectiva n.º 500032246 | Email: jornal.elo@adfa-portugal.com | Internet – http://www.adfa-portugal.com • DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA, 1600-560 LISBOA | Telefone: 21 751 26 00
 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA / ADMINISTRAÇÃO: António Pereira Neves; José Carlos Pavoeiro; Cândido Patuleia Mendes; Arlindo dos Santos. • REDACÇÃO: Director: José Diniz; Editor/Jornalista: Rafael Vicente (cart. prof. 2521); Fotojornalista: Farinho Lopes (cart. prof. 4144); Coordenação Gráfica: Ivo Mendes •
 CORRESPONDENTES: Paulo Teves (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Mangana (Castelo Branco), Manuel Paiva (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Anquiães Carvalho (Famalicão), Ludgero Sequeira (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), João Martins (Madeira), Abel Fortuna (Porto), Direcção Nacional (Setúbal) e João Gonçalves (Viseu)
 COLABORADORES PERMANENTES: António Cardoso (Informática); Helena Afonso (Legislação); Augusto Silva (Museu da Guerra Colonial); Jerónimo Sousa (CRPG/ PADM); Paula Afonso (DDIP); Vanessa Braga (Gabinete dos Órgãos Sociais); Victor Sengo (Coluna do Zangão); Ângela Henriques (Saúde e Bem-Estar); Ariadne Pignaton (Memória e Património); António Capela Gordo (Ciência e Tecnologia) | Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.
 Assinaturas e Publicidade: Fax: 21 751 26 10 | Impressão: FIG - Indústrias Gráficas, S.A. - Rua Adriano Lucas, 3020-265 Coimbra - E-mail: fig@fig.pt - Tel.: 239 999 922 | Registo da Publicação na ERC: 105068/77 Depósito Legal - 99595/96 | Assinatura Anual: 7,00 euros. | Tiragem deste número: 7500 ex.

Prémio “Ética no Desporto” 2025

“Uma vida dedicada ao desporto e à inclusão”. José Carlos Pavoeiro, secretário da Direcção Nacional, foi distinguido, pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), com o Prémio “Ética no Desporto” 2025, reconhecendo um “percurso excepcional na promoção dos valores éticos no desporto, com especial destaque no desporto adaptado”, na 29.ª Gala do Desporto de Portugal, realizada em 27 de Maio, no Centro Cultural Olga Cadaval, em Sintra.

Integrado no Plano Nacional de Ética no Desporto e assinalando os 10 anos do Cartão Branco, este Prémio distingue personalidades e entidades que pautam a sua actuação por valores como o respeito, a integridade, a verdade e a solidariedade.

Com mais de quatro décadas dedicadas ao desporto, José Pavoeiro destacou-se como dirigente, treinador, árbitro internacional e chefe de missão em Jogos Paralímpicos, sendo uma referência incontornável na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades. “O seu contributo foi determinante para o desenvolvimento do desporto adaptado em Portugal e para a melhoria das condições de prática de milhares de atletas com deficiência”. É, actualmente, um dos vice-presidentes do Comité Paralímpico de Portugal.

Ao longo da sua carreira, destacou-se como dirigente, treinador, árbitro internacional e responsável por missões desportivas de elevada relevância. Desempenhou funções como vice-presidente do Comité Paralímpico



Emoção no momento de agradecer o Prémio

de Portugal e da Associação Nacional de Desporto para o Desenvolvimento Intelectual, como vice-presidente da Assembleia-Geral da Federação Portuguesa de Corfebol, como presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, da Associação Nacional de Desporto para a Deficiência, da Delegação da Amadora da APD e da Associação de Desporto Especial do Distrito de Santarém. Foi chefe de missão e chefe de delegação nos Jogos Paralímpicos de Sydney 2000, Atenas 2004 e Pequim 2008, nos Global Games de 1999, 2004, 2009 e 2019 e nos campeonatos do Mundo e da Europa, em várias modalidades. Como árbitro, participou nos Jogos Paralímpicos de Barcelona 1992 e em competições internacionais de atletismo, natação,

ciclismo, basquetebol, ténis de mesa, entre outras. Foi treinador e técnico em várias modalidades, classificador internacional da *International Wheelchair Basketball Federation* e árbitro nacional e internacional de Boccia. José Pavoeiro também tem tido um papel determinante na organização de eventos, na formação de agentes desportivos e na estruturação do desporto adaptado em Portugal. Com mais de 2.700 horas de formação ministrada, contribuiu para a qualificação de técnicos e para a disseminação de boas práticas no sector. “O seu percurso evidencia a defesa intransigente de valores essenciais, como o respeito, o desportivismo, a inclusão, a verdade desportiva e a responsabilidade social” e “a sua acção permitiu melhorar significativamente as condições de prática desportiva para milhares de atletas com deficiência, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva”.

A atribuição do Prémio “Ética no Desporto” 2025 a José Pavoeiro representa “o reconhecimento de uma vida dedicada ao serviço do desporto e à afirmação dos valores humanos fundamentais que lhe estão associados”, refere o IPDJ. José Carlos Pavoeiro é associado e dirigente da ADFA e já integrou o CFN e actualmente desempenha funções de secretário da DN.

É um profundo defensor do lema “mais do que vencer, importa agir com ética”. O ELO envia um abraço de parabéns a José Carlos Pavoeiro.

RV



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

SERVIÇOS MÉDICOS NACIONAIS

Na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa, disponibilizamos consultas de várias especialidades médicas num espaço totalmente acessível, em parceria com o IASFA/ADM.



SAÚDE, CONFIANÇA E PROXIMIDADE AO SEU SERVIÇO



ESPECIALIDADES MÉDICAS



3.ª e 5.ª feira
Medicina Geral
Medicina Dentária



3.ª feira
Psiquiatria



4.ª feira
Medicina Física e de Reabilitação
Urologia



2.ª a 6.ª feira
Fisioterapia



TELEFONE
217 512 612



TELEMÓVEL
925 987 469



EMAIL
servicos.clinicos@adfa-portugal.com
(Ana Paula)



A ADFA
A APOIAR
OS SEUS

